

VLI Multimodal S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Índice

<i>Relatório da Administração</i>	1
<i>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras</i>	9
<i>Balanço patrimonial</i>	13
<i>Demonstração do resultado</i>	14
<i>Demonstração do resultado abrangente</i>	15
<i>Demonstração da mutação no patrimônio líquido</i>	16
<i>Demonstração dos fluxos de caixa</i>	17
<i>Demonstração do valor adicionado</i>	19
1 - Contexto operacional.....	20
2 - Base de preparação das demonstrações financeiras	25
3 - Estimativas, premissas e julgamentos contábeis críticos.....	32
4 - Principais políticas contábeis.....	33
5 - Reapresentação de informações comparativas.....	46
6 - Caixa e equivalentes de caixa	49
7 - Contas a receber	50
8 - Estoques.....	51
9 - Partes relacionadas	51
10 - Tributos antecipados sobre o lucro e tributos a recuperar.....	53
11 - Dividendos a receber	54
12 - Despesas pagas antecipadamente.....	55
13 - Sinistros a recuperar e demais ativos	55
14 - Mútuo	55
15 - Depósitos judiciais e provisão para processos judiciais.....	55
16 - Investimentos.....	58
17 - Imobilizado.....	60
18 - Intangível	63
19 - Fornecedores e Contas a pagar	65
20 - Empréstimos, financiamentos e debêntures	66
21 - Tributos a recolher e tributos a recolher sobre o lucro	69
22 - Obrigações sociais e trabalhistas	69
23 - Arrendamento.....	70
24 - Dividendos propostos.....	72
25 - Adiantamentos para futuro aumento de capital	73
26 - Patrimônio líquido	73
27 - Receitas líquida dos serviços prestados	74
28 - Custo dos serviços prestados	75
29 - Receitas (despesas) operacionais.....	75
30 - Resultado financeiro	77
31 - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	78
32 - Informação por segmento de negócios.....	80
33 - Benefícios a empregados.....	80
34 - Instrumentos financeiros.....	84
35 - Impactos COVID-19.....	97
36 - Eventos subsequentes	99
<i>Administração e Diretores</i>	100

Relatório da Administração

Mensagem da Diretoria

O ano de 2021 ainda foi marcado pelos efeitos da pandemia de COVID19 sendo que o início do processo de vacinação ocorreu em Dezembro/2020, trazendo uma expectativa de retomada da atividade econômica mundial. O crescimento da demanda internacional por commodities favoreceu os volumes transportados e elevados pela VLI Multimodal mas esse efeito foi parcialmente neutralizado pela quebra da segunda safra do milho.

Em 2021, a VLI Multimodal alcançou uma receita líquida de R\$ 3.220,2 milhões, com 17.931 milhões de TKU transportados na malha ferroviária e 31.366 mil de TU movimentados nos portos. Esse resultado é consequência direta do engajamento de times comerciais, operacionais e administrativos que buscam permanentemente atender aos clientes atuais, prospectar novas oportunidades e ganhar eficiência no uso dos nossos Ativos.

Pelo segundo ano consecutivo, a VLI, grupo do qual a VLI Multimodal faz parte, conquistou o prêmio “Valor Inovação Brasil” na categoria “Transporte e Logística”, que reconheceu a inovação como um tema da nossa cultura que integra as nossas competências e permeia todas as nossas atividades, das rotinas internas ao jeito de atender os nossos clientes.

Em Dezembro/2021, a VLI anunciou seus compromissos ESG, desenvolvidos com base nos objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU e organizados em três frentes: (i) Legado para o planeta, (ii) Valor para as relações e (iii) Segurança para as operações. Entre as metas estabelecidas pela companhia estão (i) a redução de 15% de emissão de gases do efeito estufa por tonelada transportada, (ii) a diminuição de 20% de consumo de água nova nas operações e (iii) o alcance de 30% de mulheres em cargos de liderança. As metas que envolvem as questões sociais serão cumpridas até 2025 enquanto que as questões relacionadas ao meio ambiente serão perseguidas até 2030.

Em 2022, seguiremos nosso plano de crescimento que passa pela redução e/ou eliminação dos gargalos das nossas operações, ampliação das relações com clientes atuais e estabelecimento de outras com novos clientes, sempre vinculados com nossos valores de Segurança, Ética e nosso propósito de Transformar a Logística do Brasil.

A Diretoria

1. Síntese do Resultado de 2021

A Companhia apresenta os principais indicadores econômicos e operacionais dos seus últimos 03 últimos exercícios sociais:

Principais Indicadores Econômicos e Operacionais			
(em milhões de R\$)	2019	2020	2021
Receita bruta	3.019	3.124	3.691
Receita líquida	2.646	2.748	3.220
EBITDA	1.069	1.150	1.249
Resultado do exercício	74	-95	-194
Volume ferrovia (milhões de TKU)	18.133	18.318	17.931
Volume porto (Mil de TU)	30.802	28.165	31.366
Caixa e aplicações financeiras	1.232	752	1.913
Dívida líquida	5.276	5.919	5.341
Margem EBITDA	40,42%	41,84%	38,77%

A VLI Multimodal cresceu sua Receita Líquida em 17,2% vs 2020, impulsionada por melhores tarifas decorrentes de mix de fluxos na ferrovia e pelo aumento dos volumes movimentados nos portos (crescimento de 11,4% vs 2020).

Apesar do cenário inflacionário observado em 2021, a VLI Multimodal conseguiu melhorar a sua margem bruta em 5,7 bps acima de 2020, encerrando em 8,6%, e teve um aumento de 8,6% no seu EBITDA, que encerrou o exercício em R\$ 1,2 bilhões, ou seja, um aumento de R\$ 99,0 milhões.

Em termos de administração do caixa, a geração operacional líquida foi de R\$ 1,3 bilhões, R\$ 191,2 milhões acima de 2020. Encerramos o ano com uma posição de caixa de R\$ 1,9 bilhões e com uma dívida líquida de R\$ 5,3 bilhões.

2. Investimentos

Em 2021, a VLI Multimodal investiu o valor total de R\$ 1,1 bilhões. Os recursos foram alocados em projetos para aumento da capacidade, Transformação Digital, Tecnologia de Informação, Portos e Terminais. Além disso, foi executada a recompra do Terminal de Araguari (TIA) e conclusão da obra do Pátio 4 do Terminal Integrador Santa Luzia (TISL). E também dos direitos de uso referentes aos direitos de reserva de capacidade celebrados pela Companhia.

3. Ética e Conformidade

A VLI Multimodal preocupa-se continuamente em manter os padrões mais elevados de Ética e Conformidade em todas as atividades do negócio, pois acredita ser esse o único caminho para criar valor para toda a sua cadeia de relacionamento (clientes, empregados, acionistas, parceiros e comunidades). Desde a elaboração do Código de Conduta Ética, em 2015, convidamos a todos os empregados a se comprometerem com as diretrizes e a viver no dia-a-dia os nossos valores; este compromisso foi renovado em 2021 após a revisão do mesmo.

4. Gestão de Pessoas

Em 2021, os desafios trazidos com a pandemia que iniciou em 2020, se misturaram às novas perspectivas para o nosso negócio e também para o mundo. Em 2021 acelerou-se o processo de vacinação e, com ele, a possibilidade de retomada das atividades sociais e econômicas.

No que tange a Gestão de Pessoas, reforçamos ainda mais as nossas ações culturais com o objetivo de encurtar as distâncias físicas e manter e garantir a qualidade de vida de nossos empregados e o crescimento dos nossos negócios.

O trabalho no Comitê de Crises seguiu ativamente reforçando as medidas de saúde, incentivando e acompanhando nossos índices de contágio e vacinação; além de podermos testar as novas políticas de Home Office, que se tornaram as políticas atuais da VLI adotando o modelo híbrido como principal formato de trabalho.

A Universidade VLI, que em 2020 já havia ampliado o seu alcance redesenhando produtos presenciais e adaptando metodologias para o meio online, em 2021 consolidou sua posição através do Novo Portal da Universidade e seus programas. Foram mais de 64 mil participações em treinamentos, sendo o recorde histórico em participações na companhia, mais de 219 mil pessoa-horas treinadas, 165 treinamentos 100% online disponíveis e 8.137 empregados treinados. A Universidade VLI fortalece seu compromisso de qualidade e descentralização do conhecimento a todos.

As ações de Diversidade & Inclusão se desenvolveram e se tornaram ainda mais relevantes com a nossa construção de novos compromissos públicos com foco em raça, etnia e equidade de gênero. Em 2021, os grupos de afinidades capacitaram e sensibilizaram mais de 1.562 empregados em diversos temas transversais às nossas dimensões de diversidade. A VLI se tornou uma das empresas reconhecidas pelo prêmio WILL Women in Leadership Latin America. Avançamos na pauta de equidade de gênero e, junto da Universidade VLI, lançamos um programa de aceleração da carreira feminina com módulos customizados para cada momento de vida e decisões das mulheres. Nossa alta direção se comprometeu ainda mais com o tema e sua relevância para os negócios, aumentando assim a oportunidade para consolidarmos as ações e desenvolver uma VLI mais inclusiva, diversa e inovadora. Temos hoje em nossa diretoria um *sponsor* para cada grupo de afinidades e eles fazem encontros recorrentes e mentoria reversa sobre o tema e também suas interseccionalidades.

5. Sustentabilidade

A VLI acredita que só é possível pensar em desenvolvimento econômico quando compartilhado com a sociedade. Desde 2018, com a definição do primeiro planejamento estratégico de sustentabilidade da companhia, optamos pela abordagem de Valor Compartilhado, com a premissa de que o negócio, a operação, a geração de benefícios à sociedade e preservação do patrimônio ambiental são elementos indissociáveis ao êxito de uma organização.

Realizamos mudanças e buscamos soluções para transformar a logística do Brasil e queremos fazer isso de forma cada vez mais diversa, inclusiva, ética e sustentável. Por isso, em 2021, demos um novo passo em nossa jornada de sustentabilidade. Assumimos 6 compromissos na agenda ESG, que agrega os aspectos Ambiental (Environmental), Social e de Governança. Os 6 compromissos estão distribuídos em 3 grandes frentes e serão atingidos até 2030:

Segurança das operações	Ampliar condições de saúde e segurança do nosso time, alcançando e mantendo taxa de acidentes com afastamento (TFCA) 0,5 e taxa de Frequência de Acidentes com/sem Afastamento inferior a 2,0
Legado para o planeta	Contribuir para a mitigação das mudanças climáticas, reduzindo em 15% a emissão de gases de efeito estufa, escopos 1 e 2, por tonelada transportada
	Reduzir em 20% o consumo de água nova nas operações, considerando a base de 2020
Valor para as relações	Alcançar e manter índice de 60% de contratação de fornecedores locais
	Sensibilizar 100% de clientes e fornecedores críticos em temas de Ética e políticas de inclusão da VLI
	Alcançar 30% de mulheres em cargos de alta liderança, a partir de gerência, até 2025

Também implementamos o Comitê de Estratégia e ESG da VLI, composto por toda a Diretoria Executiva da empresa, que reúne-se a cada 15 dias e discute os temas ambientais, sociais e de governança junto com a estratégia da companhia.

Investimos mais de R\$ 5 milhões em iniciativas que contemplam projetos de educação, cultura, esporte e preservação do patrimônio em comunidades que convivem com as nossas operações, beneficiando diretamente cerca de 20 mil pessoas. Entre os projetos desenvolvidos, se destacaram o Escolas que Inovam e a implantação de Praça em Araguari (MG):

ESCOLAS QUE INOVAM

É UM PROJETO DE EDUCAÇÃO COCRIADO EM 2018 EM PARCERIA COM A PREFEITURA DE SANTOS (SP), COM O OBJETIVO DE FOMENTAR NOVAS FORMAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM POR MEIO DA INOVAÇÃO E DA TECNOLOGIA COM FOCO EM ALUNOS E PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL. ESSA É UMA FORMA DE PROPICIAR UM ENSINO DIFERENCIADO, JÁ QUE A VLI ACREDITA NA EDUCAÇÃO COMO UM LEGADO E AGENTE PROPULSOR DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NOS MUNICÍPIOS EM QUE ATUA.

O PROJETO FOI REALIZADO PELA VLI EM DUAS ETAPAS:

PRIMEIRA ETAPA: REALIZADA EM 2018 EM 9 ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL I, QUE RECEBERAM REFORMA DAS BIBLIOTECAS EXISTENTES E A IMPLANTAÇÃO DE ESTUDIOTECAS COM EQUIPAMENTOS TECNOLÓGICOS. O OBJETIVO É APRESENTAR O MUNDO DIGITAL ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARA INTERAÇÃO DURANTE O PERÍODO LETIVO; E

SEGUNDA ETAPA: REALIZADA ENTRE OS ANOS DE 2020 E 2021, CONTEMPLOU 32 ESCOLAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL, DENTRE AS QUAIS 24 ESCOLAS RECEBERAM ESTUDIOTECAS COMPLETAS COM ADAPTAÇÃO FÍSICA DAS SALAS, NOTEBOOKS, SMARTS TV'S PARA AULAS INTERATIVAS, CHROMEBOOKS E OUTROS EQUIPAMENTOS TECNOLÓGICOS. AS OUTRAS 8 UNIDADES QUE JÁ POSSUÍAM ESSE TIPO DE ESPAÇO RECEBERAM CHROMEBOOKS.

AO TODO, A COMPANHIA INVESTIU CERCA DE R\$ 6 MILHÕES NAS DUAS FASES DO ESCOLAS QUE INOVAM, BENEFICIANDO DIRETAMENTE CERCA DE 12 MIL PESSOAS.

PRAÇA ARAGUARI

ATENDENDO A UMA DEMANDA DA COMUNIDADE DE ARAGUARI, NO TRIÂNGULO MINEIRO, O MUNICÍPIO E A VLI CONSTRUÍRAM A PRAÇA MARIA ABADIA LOPES VIRGINIO, NO BAIRRO NOVO HORIZONTE, COM RECURSOS DO SUBCRÉDITO SOCIAL DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES).

A PRAÇA TEM ÁREA TOTAL DE 2.219 m² E CONTA COM ÁREA VERDE, PLAYGROUND, QUADRA DE FUTSAL, ÁREA DE CONVIVÊNCIA, BEM COMO ACADEMIA AO AR LIVRE. A EXPECTATIVA É DE QUE ELA BENEFICIE OS CERCA DE 5 MIL MORADORES DA REGIÃO, ALÉM DOS HABITANTES DE TODA A CIDADE. TODO O PROJETO ARQUITETÔNICO, QUE ATENDE ÀS REGRAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E ÀS DIRETRIZES AMBIENTAIS, FOI APROVADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE ARAGUARI E PELO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE (CODEMA).

Ainda em 2021, mantivemos ações de ajuda humanitária para mitigar os impactos da pandemia de Covid-19 nas comunidades de atuação da empresa, com um aporte de cerca de R\$ 1,75 milhão para compra de cestas básicas, que abrangeu em sua primeira fase, de agosto a novembro, 8 estados, 31 cidades, beneficiou 20 mil famílias, envolvendo o trabalho de 29 associações comunitárias.

E reforçando nosso compromissos com as melhores práticas de ESG e sustentabilidade, passamos a integrar a Rede Brasil do Pacto Global, liderada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e considerada a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo; aderimos ao Programa Na Mão Certa, passando a compor o Pacto Empresarial Contra a Exploração de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras, iniciativa da Childhood Brasil, em parceria com o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT); e assinamos o ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, iniciativa do Instituto Ethos.

A VLI tem o compromisso com o consumo consciente e manutenção da qualidade dos cursos d'água e para isso monitora recursos hídricos distribuídos entre águas subterrâneas, superficiais e efluentes, visando garantir a qualidade da água consumida, manuseada e efluentes lançados. Os resultados são analisados proativamente por equipe especializada a fim de assegurar a eficiência dos controles e compromissos legais.

A VLI cuida do meio ambiente por meio de uma gestão ambiental eficiente, com adoção de ações preventivas no sentido de mitigar os impactos associados às atividades da companhia. Buscamos deixar um legado para as gerações futuras com o desenvolvimento socioeconômico atrelado à preservação ambiental, em sintonia com os ideais de governança e respeito à sociedade em geral.

Neste sentido, as equipes de colaboradores são estimuladas na mitigação de riscos e na constante valorização de novas tecnologias e recursos ambientalmente eficazes e sustentáveis.

A área de meio ambiente possui um Plano Diretor com ações estruturantes e indicadores associados aos seus respectivos macrotemas. As ações definidas visam a manutenção dos controles ambientais, atendimento de requisitos legais e mitigação de impactos.

Em 2021, a VLI e empresas do grupo realizaram implantação/manutenção/finalização de mais de 74 hectares de plantio compensatório, monitoramento da fauna na FCA e FNS com 14 campanhas realizadas, ademais 11 áreas contaminadas foram reclassificadas como “Área Reabilitada para Uso Declarado”.

Foram realizadas 300 medições de ruídos e vibrações, em torno, ao longo do ano, com o intuito de continuar zelando pela qualidade do ambiente monitoramentos da qualidade do ar foram realizados por meio de cerca de 90 pontos de estudo.

Transcorrido o ano foram realizadas mais de 900 atividades de educação ambiental contemplando público interno, escolas, associações de bairro, capacitações ambientais e formação de professores em mais de 20 escolas em 09 estados e em 36 municípios. Entre empregados e comunidades, mais de 10.000 participações nas atividades educativas do programa Atitude Ambiental.

A companhia monitorou cerca de 522 pontos ambientalmente, dispersos entre 59 municípios, distribuídos entre águas subterrâneas, águas superficiais e efluentes. Para garantir a qualidade da água consumida, manuseada e efluentes lançados, monitoramentos quali-quantitativos são realizados periodicamente, os resultados são compilados e analisados por equipe especializada a fim de assegurar a eficiência dos controles e compromissos legais.

Contabilizando as renovações e novas emissões, mais de 10 licenças ambientais foram expedidas em nome das empresas da companhia, além da elaboração e protocolo do Relatório Anual de Atendimento de condicionantes da FNS e da FCA e o PBA – Programas Ambientais das empresas citadas. Sobressalta-se que houve uma significativa redução no registro de ocorrências ambientais.

Temas ambientais estratégicos, supracitados, para mudança de patamar na cultura ambiental da empresa foram escolhidos, tais como consumo de água nova, geração de resíduos e mudanças climáticas e passaram a ser compromissos públicos e são objetos de metas de ESG para toda a Companhia em 2022 como forma de contribuirmos mais efetivamente para a sociedade e legado para o Planeta.

6. Auditores Independentes

A política de atuação do Grupo na contratação de serviços adicionais à auditoria externa junto aos atuais auditores independentes do grupo se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Esses princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A contratação dos nossos auditores independentes foi aprovada por nosso Conselho de Administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se à auditoria das demonstrações financeiras e revisão limitada das Informações Trimestrais - ITR do Grupo.

7. Política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos constantes de acordo de acionistas

A Política de Distribuição de Dividendos está incluída no Acordo de Acionistas da VLI S.A., e rege a distribuição de dividendos por aquela Companhia e por suas Subsidiárias, sendo que em conjunto com o Estatuto Social da VLI Multimodal S.A., em seu artigo 19, prevê que pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos lucros líquidos anuais, ajustados na forma da lei, serão destinados ao pagamento de dividendos.

8. Relação dos investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas evidenciando as modificações ocorridas durante o exercício

Durante o exercício de 2021, a VLI Multimodal S.A. ("VLI Multimodal") realizou os seguintes aumentos de capital, respeitado o direito de preferência dos demais acionistas, e totalmente integralizadas em moeda corrente nacional:

(i) Em 29 de abril de 2021, houve o aumento de capital da controlada Trato S.A. no valor de R\$ 26.700.000,00 (vinte e seis milhões e setecentos mil reais), dos quais R\$ 16.700.000,00 (dezesesseis milhões e setecentos mil reais) foram destinados à conta de capital social, e R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) foram destinados à formação de reserva de capital e que serão utilizados para amortização de prejuízos acumulados. Após o aumento de capital, este passou a ser de R\$26.701.000,00 (vinte e seis milhões, setecentos e um mil reais) dividido em 26.701.000 (vinte e seis milhões, setecentas e um mil) ações ordinárias; e

(ii) Em 09 de agosto de 2021, houve o aumento de capital da controlada Ferrovia Centro Atlântica S.A. no valor de R\$ 260.000.000,00 (duzentos e sessenta milhões de reais), realizado pela VLI Multimodal, controladora direta. Dos quais R\$ 65.651,68 (sessenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e um reais e sessenta e oito centavos) foram destinados à conta de capital social, e R\$ 259.934.348,32 (duzentos e cinquenta e nove milhões, novecentos e trinta e quatro mil, trezentos e quarenta e oito reais e trinta e dois centavos) foram destinados à formação de reserva de capital. Após o aumento de capital, este passou a ser de R\$4.663.323.193,63 (quatro bilhões, seiscentos e sessenta e três milhões, trezentos e vinte e três mil, cento e noventa e três reais e sessenta e três centavos) integralmente realizado e representado por 142.807.803 (cento e quarenta e dois milhões, oitocentos e sete mil e oitocentos e três) ações nominativas e sem valor nominal, divididas em 19 (dezenove) ações preferenciais e 142.807.784 (cento e quarenta e dois milhões, oitocentos e sete mil, setecentos e oitenta e quatro) ações ordinárias.

São Paulo, 3 de março de 2022

Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
VLI Multimodal S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da VLI Multimodal S.A. (“Companhia”), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da VLI Multimodal S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras, que informa que as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a alteração do momento adequado para o registro das provisões para processos judiciais conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e na norma internacional IAS 8 - “Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors”. Em 19 de fevereiro de 2021, emitimos relatório de auditoria, sem modificação, sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, que ora estão sendo reapresentadas para fins de comparação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Saldos relevantes entre a Companhia, suas controladas, coligadas e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, que contém informações sobre transações relevantes realizadas entre a Companhia e suas controladas, coligadas e partes relacionadas, assim como seus impactos no resultado e nos ativos e passivos correspondentes. Parte substancial das outras receitas operacionais registradas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e dos saldos do contas a receber, mútuo, fornecedores e passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2021 advém de transações com partes relacionadas, de forma que estas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Isenção de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 4 (a) às demonstrações financeiras, que contém informações sobre a utilização da isenção de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Conforme permitido pelo item 4.a (iv) do pronunciamento técnico CPC 36 e a norma internacional IFRS 10, a Companhia não está apresentando os valores referentes às suas controladas Ferrovia Centro Atlântica S.A., Ferrovia Norte Sul S.A., Ultrafértil S.A., Consórcio TMIB e Trato Logística S.A., tendo em vista que a sua controladora final, VLI S.A., está elaborando um conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as referidas controladas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 3 de março de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 F "MG"


Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2 "T" MG

VLI MULTIMODAL S.A.

Balço patrimonial Em milhares de reais

	Notas	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado – Nota 5)	01/01/2020 (Reapresentado – Nota 5)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.912.692	752.293	1.219.266
Aplicações financeiras		-	-	12.450
Contas a receber	7	384.465	770.499	322.998
Estoques	8	33.486	40.726	33.806
Tributos a recuperar	10	122.573	188.234	204.339
Despesas pagas antecipadamente	12	4.304	12.564	9.051
Dividendos a receber	11	300.605	94.361	390.492
Mútuo	14	1.822	-	-
Sinistros a recuperar	13	-	-	293
Demais ativos	13	34.924	19.088	7.357
		2.794.871	1.877.765	2.200.052
Ativos não circulantes mantidos para venda	17.1	55.277	-	-
Total do ativo circulante		2.850.148	1.877.765	2.200.052
Não circulante				
Contas a receber	7	20.256	281.054	33.575
Instrumentos financeiros derivativos	34.2	824.632	712.286	95.105
Tributos a recuperar	10	133.085	192.502	211.992
Despesas pagas antecipadamente	12	6.088	4.445	-
Sinistros a recuperar	13	-	12	41.428
Demais ativos	13	2.572	2.694	9.749
Dividendos a receber	11	11.022	325.237	-
Mútuo	14	101.109	-	-
Depósitos judiciais	15	2.312	887	964
Adiantamento para futuro aumento de capital	9 e 25	-	260.000	230.000
Tributos diferidos sobre o lucro	31(a)	293.858	289.710	131.669
Investimentos	16	8.864.077	8.713.937	8.402.681
Imobilizado	17	3.740.162	3.619.740	4.753.428
Intangível	18	246.995	303.587	274.138
Total do ativo não circulante		14.246.168	14.706.091	14.184.729
Total do ativo		17.096.316	16.583.856	16.384.781
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	19	374.813	328.089	284.465
Contas a pagar	19	1.957	981	2.703
Empréstimos e financiamentos	20	1.104.575	868.672	522.302
Debêntures	20	3.091	209.178	300.868
Antecipações de clientes		-	1.855	330
Tributos a recolher	21	30.408	31.678	14.119
Tributos a recolher sobre o lucro	21	4.695	105.886	22.321
Receitas diferidas		27.986	25.218	21.688
Obrigações sociais e trabalhistas	22	84.002	67.156	72.974
Arrendamento	23	40.988	19.204	31.220
Dividendos a pagar	24	-	101.184	109.588
Provisões operacionais		5.088	5.673	10.000
Total do passivo circulante		1.677.603	1.764.774	1.392.578
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	20	5.835.491	6.170.238	5.438.413
Debêntures	20	1.134.887	135.535	320.145
Instrumentos financeiros derivativos	34.2	-	-	58.294
Arrendamento	23	180.280	163.396	725.851
Receitas diferidas		34.471	43.933	53.382
Dividendos a pagar	24	100.267	-	-
Demais passivos		2.851	-	-
Benefícios a empregados	33.1	13.997	14.502	14.726
Provisão para processos judiciais	15	76.337	57.436	53.213
Total do passivo não circulante		7.378.581	6.585.040	6.664.024
Patrimônio líquido				
Capital social	26	8.238.854	8.238.854	8.238.854
Ajustes de avaliação patrimonial		(61.047)	(61.300)	(63.121)
Reservas de lucros		-	56.488	152.446
Prejuízos acumulados		(137.675)	-	-
Total do patrimônio líquido		8.040.132	8.234.042	8.328.179
Total do passivo e patrimônio líquido		17.096.316	16.583.856	16.384.781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI MULTIMODAL S.A.**Demonstração do resultado**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado - Nota 5)
Receita líquida dos serviços prestados	27	3.220.247	2.747.705
Custo dos serviços prestados	28	<u>(2.942.870)</u>	<u>(2.666.919)</u>
Lucro bruto		<u>277.377</u>	<u>80.786</u>
Receitas (despesas) operacionais		<u>(568)</u>	<u>181.560</u>
Com vendas	29(a)	(14.623)	(13.934)
Gerais e administrativas	29(b)	(229.044)	(199.006)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29(c)	259.989	402.252
Perdas líquidas sobre ativos financeiros	7	<u>(16.890)</u>	<u>(7.752)</u>
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		<u>276.809</u>	<u>262.346</u>
Resultado de equivalência patrimonial	16.1	<u>(57.158)</u>	<u>(77.534)</u>
Resultado financeiro	30	<u>(381.085)</u>	<u>(331.142)</u>
Receitas financeiras		232.844	728.254
Despesas financeiras		(389.613)	(501.872)
Perdas com variação monetária e cambial		<u>(224.316)</u>	<u>(557.524)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(161.434)</u>	<u>(146.330)</u>
Imposto de renda e contribuição social	31	<u>(32.729)</u>	<u>51.289</u>
Tributos correntes		(36.876)	(106.752)
Tributos diferidos		<u>4.147</u>	<u>158.041</u>
Prejuízo líquido do exercício		<u>(194.163)</u>	<u>(95.041)</u>
Prejuízo líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$	26(d)	(0,00051)	(0,00025)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI MULTIMODAL S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado - Nota 5)
Prejuízo líquido do exercício	(194.163)	(95.041)
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Remensuração de obrigações de benefícios (Nota 26(b))	<u>253</u>	<u>2.060</u>
	<u>(193.910)</u>	<u>(92.981)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI MULTIMODAL S.A.

Demonstração do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Reservas de lucros				Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de expansão	Ajustes de avaliação patrimonial		
Em 1º de janeiro de 2020 (anteriormente divulgado)	8.238.854	68.465	520.476	(63.103)	-	8.764.692
Correção de erro de exercícios anteriores (Nota 5)	-	-	(436.495)	(18)	-	(436.513)
Saldo de abertura reapresentado	8.238.854	68.465	83.981	(63.121)	-	8.328.179
Resultado abrangente do exercício						
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(95.041)	(95.041)
Outros resultados abrangentes – reflexos de controladas						
Remensuração de obrigações de benefícios (Nota 26(b))	-	-	-	2.060	-	2.060
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(239)	-	(239)
Total do resultado abrangente	-	-	-	1.821	(95.041)	(93.220)
Constituição de reservas	-	(46.928)	(49.030)	-	95.958	-
Dividendos propostos (Nota 23)	-	-	-	-	(917)	(917)
Em 31 de dezembro de 2020	8.238.854	21.537	34.951	(61.300)	-	8.234.042
Resultado abrangente do exercício						
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(194.163)	(194.163)
Outros resultados abrangentes – reflexos de controladas						
Remensuração de obrigações de benefícios (Nota 26(b))	-	-	-	253	-	253
Total do resultado abrangente	-	-	-	253	(194.163)	(193.910)
Absorção de prejuízos	-	(21.537)	(34.951)	-	56.488	-
Em 31 de dezembro de 2021	8.238.854	-	-	(61.047)	(137.675)	8.040.132

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI MULTIMODAL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Notas	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado – Nota 5)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo líquido do exercício		(194.163)	(95.041)
Ajustes			
Resultado de equivalência patrimonial	16.1	57.158	77.534
Depreciação e amortização	28 e 29(b)	971.806	887.284
Perdas de recebíveis	29(c)	14.057	6.312
Provisão para desvalorização de estoques	29(c)	5.151	1.763
Provisões para perdas e processos judiciais		25.773	5.293
Provisões (reversões) para perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber	7	16.631	6.402
Resultado de operação de <i>hedge</i> (variação cambial, marcação a mercado de <i>swap</i> e objeto de <i>hedge</i>)	30	120.851	23.521
Perdas (ganhos) com variação monetária e cambial (Ganho) perda na alienação de imobilizado e ativos não circulantes mantidos para venda, líquidas	29(c)	(32.458)	(202.081)
Receitas diferidas		(9.462)	(9.462)
Ajuste a valor presente	30	337	20
Despesas com obrigação de benefícios		1.857	(504)
Encargos de fianças	30	238	636
Tributos correntes	21	4.695	105.886
Tributos diferidos sobre o lucro	31(a)	(4.147)	(158.041)
Receitas financeiras - mútuo		(612)	-
Despesas financeiras - juros sobre empréstimos	20 e 30	256.082	259.135
Amortização de custos de transação	20 e 30	19.018	11.630
Despesas financeiras - arrendamentos	30	6.676	60.030
Reconhecimento de contingências ativas	10 e 29(c)	(42.963)	-
		1.227.300	978.805
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		(48.399)	19.365
Instrumentos financeiros derivativos		(2.064)	13.701
Estoques		2.089	(8.683)
Tributos a recuperar		87.069	42.380
Depósitos judiciais		(1.397)	94
Sinistros a recuperar		12	41.709
Demais ativos		(11.388)	(12.588)
Fornecedores		37.702	31.631
Contas a pagar		976	(1.722)
Tributos a recolher		(1.270)	30.705
Obrigações sociais e trabalhistas		16.846	(5.818)
Provisão para processos judiciais		(6.872)	(1.070)
Benefícios a empregados		(2.360)	280
Demais passivos		13.286	10.739
		1.311.530	1.139.528
Caixa líquido gerado pelas operações			
Imposto de renda e contribuição social pagos		(671)	(3.735)
		1.310.859	1.135.793
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento pela alienação de imobilizado, intangível e ativos não circulantes mantidos para venda	4(ab) e 29(c)	727.232	-
Aporte de mútuo em investida	14	(100.000)	-
Aplicações financeiras		-	12.450
Aporte de capital em controlada	4(ab) e 16.1	(26.700)	(110.000)
Aquisição de imobilizado e intangível	4(ab), 17 e 18	(1.028.008)	(786.205)
Adiantamentos para futuro aumento de capital	25	-	(450.000)
Dividendos recebidos	11	179.135	104.685
		(248.341)	(1.229.070)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento			

VLI MULTIMODAL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Notas	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado – Nota 5)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos com instituições financeiras	20.1	1.519.300	813.356
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	20.1	(1.008.819)	(639.717)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	20.1	(349.622)	(365.776)
Pagamento de imposto de renda sobre empréstimos	30	(10.139)	(9.986)
Pagamento de arrendamentos	23	(51.922)	(162.252)
Dividendos pagos	24	(917)	(9.321)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		97.881	(373.696)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		1.160.399	(466.973)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	752.293	1.219.266
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	1.912.692	752.293

As transações das atividades de investimento e financiamento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 4(ab).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI MULTIMODAL S.A**Demonstração do valor adicionado**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado – Nota 5)
Receitas		
Vendas brutas de serviços	3.688.450	3.121.391
Outras receitas	443.770	1.055.689
Perdas por redução ao valor recuperável – reversão / constituição	(16.632)	(6.401)
	4.115.588	4.170.679
Menos: Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(1.953.777)	(1.764.268)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(420.268)	(890.529)
Provisão para perda, processos judiciais, líquida de reversões	(43.426)	(12.186)
Outros	(57.084)	(24.254)
	(2.474.555)	(2.691.237)
Valor adicionado bruto	1.641.033	1.479.442
Depreciação e amortização	(971.806)	(887.284)
Valor adicionado líquido produzido	669.227	592.158
Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado de participações societárias	(57.158)	(77.534)
Receitas financeiras e variações cambiais	719.096	1.265.657
	661.938	1.188.123
Valor adicionado total a distribuir	1.331.165	1.780.281
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	266.887	242.434
Remuneração direta	199.887	181.135
Benefícios	40.343	36.218
FGTS	12.549	11.818
Outros	14.108	13.263
Impostos, taxas e contribuições	171.714	49.629
Federais	34.907	(50.587)
Estaduais	87.335	57.103
Municipais	49.472	43.113
Remuneração de capitais de terceiros	1.086.727	1.583.259
Remuneração de capital próprio	(194.163)	(95.041)
Valor adicionado distribuído	1.331.165	1.780.281

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 - Contexto operacional

A VLI Multimodal S.A. é uma sociedade anônima, (doravante denominada “Companhia” ou “VLI Multi”), com capital fechado e com sede na Rua Sapucaí, nº 383, município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, é controlada pela VLI S.A. (“VLI”) e tem por objeto social as seguintes atividades:

- (a) Prestação de serviços de transporte integrado de cargas através dos modais ferroviário e rodoviário, dentre outros, isoladamente ou combinados entre si de forma intermodal ou multimodal, inclusive atuando como operador de transporte multimodal - OTM;
- (b) Construção, conservação, manutenção e monitoramento, operação e exploração de ferrovias e;
- (c) exploração de atividades relacionadas direta ou indiretamente a serviços de transporte de carga, tais como: carga, descarga e transbordo, gestão e administração de terminais rodoviários e ferroviários, permitindo a movimentação e armazenagem de mercadorias e contêineres, agenciamento de cargas, incluindo a contratação de espaço para embarques rodoviários, ferroviários, marítimos e portuários, projetos logísticos para o transporte de carga, transporte rodoviário de carga de produtos perigosos ou não.

A Companhia poderá exercer outras atividades que, direta ou indiretamente, contribuam para a realização plena de seu objeto social, podendo ainda participar, sob qualquer modalidade, de outros empreendimentos. A Companhia também possui uma filial não-operacional na China.

A VLI Multimodal S.A. iniciou suas atividades operacionais em maio de 2011. Em 30 de novembro de 2011, a Vale Operações Ferroviárias S.A. passou a denominar-se VLI Multimodal S.A.

Media Provisória nº 1.065/2021 e Lei 14.273/21

Com a promulgação da Medida Provisória nº 1.065, de 30 de agosto de 2021, (sancionada pela Lei 14.273/21, de 23 de dezembro de 2021), tornou-se viável a realização de requerimentos de autorização para a implantação e a exploração de trechos ferroviários, seguindo o modelo dos setores como telecomunicações (Lei nº 9.492, de 1997), energia elétrica (Lei nº 9.074, de 1995) e portuário (Lei nº 12.815, de 2013).

No modelo tradicional de desenvolvimento do setor sob o regime público, a exploração do setor ferroviário é dependente de iniciativa governamental e de um procedimento formal de concessão, mediante concorrência pública. Por sua vez, sob o novo regime, a autorização parte de iniciativa privada, mediante apresentação de pedido com informações sobre o projeto desejado, como trajeto, estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, sendo, portanto, responsabilidade exclusiva da empresa autorizada a realização de todos investimentos necessários para a implantação, expansão e modernização das instalações ferroviárias.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia já protocolou requerimentos de autorização para a exploração de quatro trechos ferroviários, quais sejam:

- (i) Uberlândia (MG) / Chaveslândia (MG), com previsão de 276,5 km de extensão de malha ferroviária, conectada à malha da FCA
- (ii) Água Boa (MT) / Lucas do Rio Verde (MT), com 508 km de extensão;
- (iii) Perequê (Cubatão/SP) / TIPLAM (Santos/SP), com 9,0 km de malha ferroviária e conectada à malha da ferrovia Rumo Malha Paulista; e
- (iv) Porto Franco (MA) – Balsas (MA), com 230 km de malha ferroviária e conectada à malha da FNS S.A. no tramo norte da Ferrovia Norte Sul.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Desses requerimentos, os trechos (i), (ii) e (iv) listados acima já tiveram as análises concluídas pelo Ministério da Infraestrutura, com a competente emissão da outorga de autorização à VLI para exploração, por meio da formalização de Contratos de Adesão, tendo a VLI obrigação contratual ao cumprimento do cronograma de desenvolvimento do projeto, bem como da fase de implantação e início da operação, em linha com as informações apresentadas conjuntamente ao requerimento de autorização para exploração dos respectivos trechos, sendo conferido aos interessados a renúncia de autorização de forma unilateral e sem sujeição a multas, uma vez identificado o desinteresse ou inviabilidade do projeto sujeito à autorização

As autorizações obtidas traduzem em um direito adquirido pela Companhia, mas não geram obrigações financeiras imediatas, nem acarretam em investimentos obrigatórios, salvo após a evolução das etapas precedentes de projeto a serem desenvolvidas a partir da outorga. Neste sentido, nenhum ativo ou passivo está registrado inicialmente nos balanços do Grupo no momento inicial. Os eventuais gastos que envolvam etapas de pesquisa e desenvolvimento aos projetos serão registrados no resultado quando do seu incorrimento. Uma vez atingindo estágios de desenvolvimento dos projetos com a outorga efetiva, os mesmos terão seus gastos ativados no imobilizado, sendo testados pelo seu valor recuperável, uma vez identificados quaisquer indicativos de *impairment* na unidade geradora de caixa.

O controlador da Companhia é a VLI S.A.

As participações diretas da VLI Multi são:

	Participações diretas	
	31/12/2021	31/12/2020
Controladas diretas		
Ferrovias Centro-Atlântica S.A. ("FCA")	99,99%	99,99%
Ferrovias Norte Sul S.A. ("FNS")	100,00%	100,00%
Ultrafértil S.A. ("Ultrafértil")	85,64%	85,64%
Trato S.A. ("Trato") (anteriormente VLI Soluções S.A. ("VLI Sol"))	100,00%	100,00%
Controladas indiretas		
Consórcio TMIB	50%	50%
Associação VLI para o Desenvolvimento Territorial Sustentável ("Instituto VLI")	50%	-

Ferrovias Centro-Atlântica S.A. - Controlada

A FCA é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de Belo Horizonte (MG), tem por objeto social principal a prestação de serviços de transporte ferroviário, a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem, transbordo e atuação como operador portuário. A FCA é controlada direta da VLI Multi, que detém 99,99% de seu capital social.

De acordo com o contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes, em 28 de agosto de 1996, a FCA obteve a concessão para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Centro-Leste, conforme processo de privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA (doravante "RFFSA"), até agosto de 2026 podendo ser renovada por mais 30 anos, a critério exclusivo do poder concedente, determinado pelo Edital nº A-3, de 28 de março de 1996, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para atender ao Programa Nacional de Desestatização.

Concomitantemente, a FCA celebrou, em 28 de agosto de 1996, contrato com a RFFSA para arrendamento dos bens operacionais vinculados à prestação do serviço de transporte de cargas da Malha Centro-Leste, até agosto de 2026 renovável por mais 30 anos, a critério exclusivo do poder concedente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Adicionalmente, em 28 de junho de 2005, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT (doravante denominada "ANTT") autorizou a cisão parcial de ativos da concessão e arrendamento da Ferrovias Bandeirantes S.A. - Ferrobán (doravante denominada "Ferrobán"), que compreende a operação do trecho ferroviário entre os municípios de Araguari/MG e Boa Vista Nova/SP, denominado Malha Paulista. No exercício de 2005, a Companhia incorporou ao ativo intangível os bens relacionados ao referido trecho, bem como o montante pago à Ferrobán relativo ao direito de exploração da Malha Paulista, conforme descrito acima, passando o mesmo a compor os ativos de concessão da Malha Centro Leste A Companhia vinha operando este trecho desde 2002, através de acordo operacional com a Ferrobán.

Foi anunciada no dia 3 de julho de 2013, pelo Governo Federal, a Resolução N° 4.131 da ANTT, que autoriza a FCA a proceder com a desativação e devolução de trechos ferroviários. A FCA devolveria um total de 13 trechos entre eles: 7 considerados antieconômicos e 6 trechos ferroviários viáveis. Em maio de 2016, através da resolução 5101, a ANTT revogou a devolução dos trechos economicamente viáveis. A ANTT estabelecerá valor máximo de dispêndio anual com os investimentos nos trechos remanescentes, de maneira a garantir a estabilidade econômico-financeira da concessão.

Os trechos antieconômicos foram devolvidos, em 2014, em conformidade com ANTT e os trechos viáveis economicamente serão desativados somente após a realização de novas licitações. Os trechos envolvidos conforme a resolução são os seguintes:

I – Trechos antieconômicos:	II – Trechos viáveis:
1. Paripe (BA) – Mapele (BA);	1. Alagoinhas (BA) – Juazeiro (BA);
2. Ramal do Porto de Salvador;	2. Alagoinhas (BA) – Propriá (SE);
3. General Carneiro (MG) a partir do km 588+600 – Miguel Burnier (MG);	3. Cachoeiro de Itapemirim (ES) – Vitória (ES);
4. Barão de Camargos (MG) – Lafaiete Bandeira (MG);	4. Barão de Angra (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ) – Cachoeiro de Itapemirim (ES), incluindo trecho Recreio – Cataguases;
5. Biagópolis (SP) – Itaú (MG);	5. Visconde de Itaboraí (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ);
6. Ribeirão Preto (SP) – Passagem (SP); e	6. Corinto (MG) a partir do Km 856+100 – Alagoinhas (BA);
7. Barão de Angra (RJ) – São Bento (RJ).	

Em 21 de janeiro de 2016 a ANTT definiu, através da Deliberação n° 29, diretrizes para contabilização dos reinvestimentos a serem executados pela FCA no trecho Centro-Leste. A Agência deliberou diretrizes de contabilização para fins regulatórios e controle do saldo devedor dos passivos devidos pela FCA à União Federal.

As principais diretrizes apresentadas foram:

- O valor total autorizado para a execução das obras constantes do Anexo I, da Deliberação ANTT n° 284/2015, deverá corresponder ao valor da indenização atualizado, considerando inicialmente a data base de março de 2012.
- Cada obra será registrada em conta contábil específica, respeitado o Plano de Contas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Ferroviária Federal, de forma que permita o controle e fiscalização por parte da Agência.
- O registro da baixa contábil do bem será pelo valor efetivamente incorrido pela FCA para a execução da obra, e se dará mediante a Quitação da Obra, que ocorre com a conclusão, recebimento pela ANTT e transferência de propriedade.
- Para o controle do saldo da indenização deverá ser observado o valor autorizado para a execução da obra que será atualizado pela variação do IPCA a partir da data-base informada no Ato Autorizativo, até o final do prazo definido para a Quitação da Obra.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- A Concessionária deverá divulgar em notas explicativas às Demonstrações Financeiras, demonstrativo atualizado contendo o saldo da indenização, de modo que fiquem evidenciados as seguintes informações: valor inicial da indenização a preços de março de 2012, valor da atualização, valor dos bens dados em pagamento no período e saldo devedor atualizado.

Em novembro de 2019, a FCA concluiu acordo com a ANTT, União e Ministério Público, de se substituir a realização dos investimentos relacionados à Resolução 4.131, pela quitação pecuniária em 60 parcelas a se iniciarem em janeiro de 2020, do montante atualizado até a data base de junho de 2019, de R\$ 1.203.860. Este valor já se apresentou líquido pela homologação de obras realizadas pela FCA e no montante de R\$ 111.638 (Nota 23).

Solicitação de renovação da concessão da FCA

Os contratos de concessão da FCA, têm prazos de vencimento previsto para 2026. A Companhia já protocolou pedido formal de prorrogação antecipada do prazo do contrato de concessão, que foi devidamente qualificado por meio do Decreto Presidencial nº 9.059/17, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. Neste íterim, foi sancionada a Lei nº 13.448/2017, decorrente da conversão da Medida Provisória nº 752/2016, que estabelece as diretrizes gerais para prorrogação, inclusive antecipada e a relicitação dos contratos de parceria definidos nos termos da Lei nº 13.334/2016, nos setores rodoviários, ferroviário e aeroportuário da Administração Pública Federal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o pedido de renovação encontra-se em estágio de análise das contribuições oriundas da etapa de audiência pública realizada pela ANTT.

Ofício-circular ANTT - 482/2020

No dia 06 de Abril de 2020, a Agência Nacional dos Transportes Terrestres-ANTT, orientou, através do ofício-circular Nº 482/2020/CECAF/GECOF/SUFER/DIR-ANTT, que caberá às concessionárias manifestarem interesse formal em dar andamento à extinção do contrato de arrendamento de bens vinculados ao contrato de concessão de cada Concessionária (“Contrato de Arrendamento”).

No dia 03 de Julho de 2020, a Agência Nacional dos Transportes Terrestres-ANTT, orientou, através do ofício-circular Nº 12341/2020/COAMA/GECOF/SUFER/DIR-ANTT, que a extinção dos contratos de arrendamento não se trata de faculdade das concessionárias, e sim conforme manifestação constante no parecer da PF/ANTT, de imposição legal, a que se sujeitam todos os contratos de arrendamento vigentes, firmados com todas as concessionárias de exploração de infraestrutura e serviços de transporte ferroviário de cargas.

A FCA aderiu ao Decreto de Fim do Arrendamento em 27 de agosto de 2020 (Carta 435 GEARC), uma vez que a adesão passou ser obrigatória (Ofício 12341 COAMA), e por estar apta ao processo, tendo sido solicitada pela FCA revisão e esclarecimento da lista de bens, com novo protocolo em 27 de outubro de 2020 (Carta 554 GEARC).

No dia 03 de dezembro de 2020, através da Nota Técnica 5811/2020, a Agência Nacional dos Transportes Terrestres-ANTT, conclui que a concessionária FCA encontra-se habilitada para a extinção do contrato de arrendamento nos termos definidos pela ANTT, tendo avaliado que a Concessionária deverá ter a obrigação de, ao final do período da concessão, reverter à União uma quantidade mínima de vagões cujo somatório seja igual ou superior a 2.389.271,02 toneladas e uma quantidade mínima de locomotivas cujos somatórios de “potência bruta” e de “esforço trator” sejam iguais ou superiores a 667.790hp e 7.541.161 kgf, respectivamente.

A adesão ao Ofício supracitado implicará na transferência dos ativos de arrendamento, em seu estado atual, à FCA, sendo que o produto da quantidade e capacidade dos bens móveis (tonelada transportada de vagão e potência tracionada de locomotivas) existente ao final da Concessão deverá retornar a União.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos arrendados, por sua vez, serão excluídos do Contrato de Arrendamento, sendo firmado um contrato de Direito de Cessão de Uso diretamente com o DNIT.

O processo referente tanto aos bens móveis quanto imóveis encontra-se sob análise por parte do DNIT.

Em 30 de setembro de 2021, a Administração possui capacidade instalada própria suficiente para suprir, ao final da Concessão, a capacidade calculada e divulgada acima, não se fazendo necessários investimentos adicionais. Desta forma, os eventuais impactos se limitarão a reclassificação de eventuais ativos da rubrica de imobilizado para intangível.

No dia 04 de dezembro de 2020 e através do Ofício 22684 COAMA, a ANTT divulgou os requisitos de publicidade aos processos de extinção dos contratos de arrendamento de bens vinculados ao contrato de concessão, tendo a FCA cumprido as exigências e estando as informações divulgadas em seu sítio eletrônico bem como da ANTT.

Ferrovia Norte Sul S.A. - Controlada

A FNS é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em Assembleia Geral realizada em 7 de dezembro de 2007. Foi registrada na Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA em 14 de dezembro de 2007, sendo regida por Estatuto Social, pela Lei das Sociedades por Ações, pela Lei de Concessões e Permissões de Serviços Públicos e demais leis e regulamentos aplicáveis. A FNS tem sede na Cidade de São Luís (MA) e prazo indeterminado de duração, que não pode ser inferior ao prazo de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Subconcessão, com duração de 30 anos, renovável por mais 30 anos, a critério das partes.

A FNS tem como objeto social realizar a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão. Este contrato foi celebrado entre a FNS e a VALEC - Engenharia Construções e Ferrovias S.A. ("VALEC"), sociedade por ações controlada pela União Federal e supervisionada pelo Ministério dos Transportes, para operar o trecho de 720 quilômetros de extensão, entre Açailândia (MA) e Palmas (TO).

Em 29 de dezembro de 2015, a VLI Multimodal S.A. assumiu integralmente o controle acionário da Ferrovia Norte Sul S.A. mediante conferência ao capital social da VLI Multimodal S.A. pela VLI S.A. de 357.565.023 (trezentas e cinquenta sete milhões, quinhentas sessenta cinco mil e vinte três) ações ordinárias de emissão da Ferrovia Norte Sul S.A. e de propriedade da VLI S.A., para integralização de 18.524.575.139 (dezoito bilhões, quinhentas vinte quatro milhões, quinhentas e setenta e cinco mil e cento e trinta nove) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da VLI Multimodal S.A. emitidas na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2015.

Consórcio TMIB ("TMIB")

Em 15 de março de 2013 foi celebrado um contrato, entre a Petróleo Brasileiro S.A. - "Petrobras" e a VLI Operações Portuárias S.A. (subsequentemente incorporada na VMM), que teve por objeto a constituição de um Consórcio através da união de ativos, recursos técnicos, humanos e financeiros das consorciadas, visando a operação comercial do Terminal Marítimo Inácio Barbosa - TMIB.

O TMIB é um terminal portuário privativo de uso misto, localizado no km 22 da Rodovia SE 226, no Estado de Sergipe, de propriedade da Petrobras, cujo a execução do serviço de operação encontra-se sob a responsabilidade da Vale S.A. conforme contrato operacional datado de 13 de dezembro de 2004, e posterior contrato de 15 de maio de 2013.

A VMM, como líder do consórcio, é responsável por toda a operação do TMIB e por toda tomada de gestão no empreendimento, sendo configurado o seu controle. Suas operações são registradas no balanço da VMM seguindo o CPC 18 (R2) / IAS 28, sendo o TMIB equiparado a uma investida.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ultrafertil S.A. – Controlada

A Ultrafertil S.A. é uma Companhia operacional que tem por atividades principais a manutenção, exploração, operação e gestão de instalação portuária de uso privado, utilizadas na movimentação e/ou armazenamento de carga própria e de terceiros destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, e de demais atividades previstas ou permitidas ao explorador de instalação portuária de uso privado misto. Constituída como uma “Sociedade Anônima” domiciliada no Brasil, com sede no município de Belo Horizonte (MG), as ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

VLI Locações de Locomotivas Ltda. – Controlada

Em 7 de março 2018, a VLI Multi adquiriu 87.300.000 (oitenta e sete milhões e trezentas mil) quotas, representando 100% das quotas de participação da VLILL. A VLILL é uma sociedade limitada com sede em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais foi fundada em 16 de setembro de 2014 e tem por objeto social a atividade de locação de locomotivas e o transporte ferroviário interurbano, intermunicipal e interestadual de cargas.

A Empresa foi incorporada na VMM em 31 de agosto de 2019 e por se tratar de incorporação de empresa de controle comum.

Trato S.A. (“Trato”) (anteriormente VLI Soluções S.A. (“VLI Sol”) – Controlada

A Trato Logística S.A., constituída inicialmente como VLI Soluções S.A em 21 de fevereiro de 2011, possui sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. A Trato Logística S.A. é controlada pela VLI Multimodal e tem por objeto social exploração de atividades relacionadas direta ou indiretamente a serviços de transporte e movimentação de carga, bem como comercialização de produtos e de serviços logísticos de carga; gestão e suporte ao caminhoneiro e pequenas transportadoras; desenvolvimento e licenciamento de softwares; operação, gestão e exploração de terminais rodoviários próprio ou de terceiros; prestação de serviços financeiros e de gestão e administração de recebíveis e pagamentos de estabelecimentos próprios ou credenciados; participação no capital social de outras sociedades e, por fim, execução de quaisquer atividades fins, correlatas, acessórias ou complementares as citadas anteriormente.

Associação VLI para o Desenvolvimento Territorial Sustentável (“Instituto VLI”)

O Instituto VLI, constituído em 12 de novembro de 2021, tem por objetivo o fomento do desenvolvimento sustentável por meio de ações sociais, ambientais, educacionais e culturais em regiões localizadas no entorno das concessões da VLI e a execução de atividades de pesquisa, inovação e implementação de projetos de agricultura sustentável e outros afins, a fim de promover o compartilhamento de valor associado ao desenvolvimento econômico, social e ambiental das regiões localizadas no entorno das concessões da VLI.

O Instituto ainda não está em operação, estando em fase de constituição de suas operações.

2 - Base de preparação das demonstrações financeiras

(a) Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios financeiros (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 3 de março de 2022. Desta forma, estas demonstrações financeiras consideram eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre as mesmas até a referida data.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos designados e mensurados pelo valor justo.

(c) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
Alterações à IAS 16	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020	Alterações à IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 16 - Arrendamentos
Alterações à IAS 1	Referência à Estrutura Conceitual
Alterações à IAS 1 e IFRS - Declaração da Prática	Divulgação de Políticas Contábeis
Alterações à IAS 8	Definição de Estimativas Contábeis
Alterações à IAS 12	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

Os diretores não esperam que a adoção das normas listadas abaixo tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

(i) Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture

As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou joint venture.

A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações. Não são esperados impactos na Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Alterações à IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada.

(iii) Alterações à IFRS 3 – Referência à Estrutura Conceitual

As alterações atualizam a IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37, o comprador aplica a IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 – Tributos, o comprador aplica a IFRIC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição.

Finalmente, as alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.

As alterações são aplicáveis a combinações de negócios cuja data de aquisição ocorra em ou após o início do primeiro período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2022. A adoção antecipada é permitida se a entidade também adotar todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes.

(iv) Alterações à IAS 16 – Imobilizado — Recursos Antes do Uso Pretendido

As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 2 - Estoques.

As alterações esclarecem ainda o significado de 'testar se um ativo está funcionando adequadamente'. Atualmente, a IAS 16 determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel para terceiros, ou para fins administrativos.

Se não apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos.

As alterações são aplicadas retrospectivamente, mas apenas para itens do imobilizado que são levados ao local e na condição necessária para que os mesmos sejam capazes de operar da maneira pretendida pela Administração no ou após o início do primeiro período apresentado nas demonstrações financeiras no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) no início do primeiro período apresentado.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, sendo permitida a adoção antecipada.

(v) Alterações à IAS 37 – Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato

As alterações especificam que o ‘custo de cumprimento’ do contrato compreende os ‘custos diretamente relacionados ao contrato’. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez. Os números comparativos não são reapresentados. Ao invés disso, a entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) na data de adoção inicial.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, sendo permitida adoção antecipada.

(vi) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020

As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas.

IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou joint venture que utiliza a isenção contida na IFRS 1:D16(a).

A alteração é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, sendo permitida adoção antecipada.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A alteração esclarece que ao aplicar o teste de ‘10%’ para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte.

A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez.

A alteração é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, sendo permitida adoção antecipada.

IFRS 16 - Arrendamentos

A alteração exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros.

Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida.

Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "*IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o Board manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos:

- Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro;
- Os efeitos da mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores.

A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro

A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

O Board acrescenta ainda um exemplo ilustrativo na IAS 12 que explica como as alterações são aplicadas. As alterações são aplicáveis a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Adicionalmente, no início do primeiro período comparativo, a entidade reconhece:

- Um ativo fiscal diferido (quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas aos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento Passivos por Desativação, Restauração e Outros
- (ii) Passivos Similares e valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do respectivo ativo

• O efeito acumulado da aplicação inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data.

A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

(d) Mudança nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas pela Companhia

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021:

Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência

As taxas interbancárias oferecidas (IBORs) são taxas de juros de referência, tais como LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Porém, devido a recentes discussões no mercado financeiro, foi colocado em questão a viabilidade de longo prazo desses benchmarks. Desta forma, em setembro de 2019, o IASB emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência (Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7). Essas alterações modificam as exigências específicas de contabilização de *hedge* para permitir a manutenção da contabilização de estratégias de *hedge accounting* para *hedges* afetados durante o período de incerteza antes que os itens objetos de *hedge* ou instrumentos de *hedge* afetados pelas taxas de juros de referência atuais sejam alterados em virtude das reformas contínuas das taxas de juros de referência. Comunicado de novembro/2020 da ICE (Intercontinental Exchange) responsável pela metodologia e divulgação da LIBOR informa quanto à intenção de se encerrar a publicação deste benchmark em 30 de junho de 2023.

A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, que foram adotadas pela Companhia, com relação a:

- (i) **Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros:** permitido mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desconhecimento do contrato e, conseqüentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior.
- (ii) **Relações de *hedge*:** a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção e nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício.

A Companhia possui dívidas em moeda estrangeira sujeitas tanto à variação do dólar norte-americano quanto da LIBOR (Nota 17). Tais dívidas são designadas dentro de uma estratégia de *hedge* de valor justo (Nota 31.2) com instrumentos derivativos (*swaps*) que protegem o Grupo das oscilações de câmbio e das taxas de juros em moeda estrangeira. As alterações previstas na LIBOR não possuem impacto relevante para o Grupo, pois as dívidas e os instrumentos derivativos devem adotar o novo benchmark que substituir a LIBOR como componente de juros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tanto as alterações da Fase 1 quanto às da Fase 2 são relevantes para a Companhia uma vez que a Companhia adota a contabilização de *hedge* para suas exposições às taxas de juros de referência.

As alterações são relevantes para os *hedges* de valor justos mantidos pela Companhia e indexados à LIBOR e da seguinte forma:

- A Companhia emitiu a dívida à alíquota fixa denominada na R\$, sujeita ao *hedge* de valor justo usando *swaps* de taxas de juros fixas denominados em USD para LIBOR. As alterações permitem a manutenção da contabilização de *hedge* mesmo que no futuro a taxa de juros de referência objeto de *hedge*, LIBOR, não seja mais separadamente identificável e há incerteza sobre a substituição das taxas de juros variáveis incluídas nos *swaps* de taxa de juros. Porém, essa medida não se aplica à exigência de que o componente de risco da taxa de juros designada deve continuar a ser mensurado confiavelmente. Caso o componente de risco não seja mais mensurado confiavelmente, a relação de *hedge* será interrompida..
- A Companhia não irá descontinuar a contabilização de *hedge* se a avaliação retrospectiva da eficácia do *hedge* não se enquadrar na faixa de 80% a 125% e a relação de *hedge* estiver sujeita a reformas da taxa de juros de referência. Para as relações de *hedge* que não estiverem sujeitas a reformas da taxa de juros de referência, a entidade continua a suspender a contabilização de *hedge* se a eficácia retrospectiva estiver fora da faixa de 80% a 125%. A Companhia continuará a aplicar as alterações da Fase 1 à IFRS 9/IAS 39 até que a incerteza resultante da reforma da taxa de juros de referência com relação à época e valor dos fluxos de caixa subjacentes aos quais a Companhia está exposto seja encerrada. A Companhia espera que essa incerteza continue até que os contratos da Companhia que utilizam as IBORs como referência sejam alterados para determinar a data na qual a taxa de juros de referência será substituída e a base para os fluxos de caixa da taxa de juros de referência alternativa seja determinada, inclusive qualquer spread fixo.

Em virtude das alterações da Fase 2:

- Quando os termos contratuais dos empréstimos bancários da Companhia são alterados como consequência direta da Reforma da Taxa de Juros de Referência e a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais for economicamente equivalente a base imediatamente anterior à alteração, a Companhia altera a base para determinar os fluxos de caixa, de forma prospectiva, por meio da revisão da taxa de juros efetiva. Se forem feitas alterações adicionais, que não estejam diretamente relacionadas à reforma, as exigências aplicáveis da IFRS 9 são aplicadas às outras alterações.
- Quando são feitas alterações nos instrumentos de *hedge*, o objeto de *hedge* e os riscos cobertos, alterados em virtude da Reforma da Taxa de Juros de Referência, a Companhia atualiza a documentação de *hedge* sem descontinuar a correlação de *hedge*.

Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16—Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 após 30 de junho de 2021

No exercício anterior, a Companhia adotou a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações à IFRS 16) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da Covid-19, ao introduzir um expediente prático para a IFRS 16.

Esse expediente prático estava disponível para concessões de aluguel para as quais qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afetava os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021.

Em março de 2021, o Board emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 após 30 de junho de 2021 (Alterações à IFRS 16) que estende o expediente prático para aplicação a esses pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022.

No exercício social corrente, a Companhia não usufruiu da extensão concedida pela norma.

3 - Estimativas, premissas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para processos judiciais prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(a) Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

(i) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos não financeiros para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "*impairment*", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "*impairment*".

(ii) Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

(iii) Provisão para processos judiciais

A Companhia constituiu provisões para processos judiciais com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.

(iv) Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporárias em seus demonstrativos financeiros. A constituição dos tributos diferidos sobre o lucro, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas e custos operacionais.

(v) Benefícios de planos de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de desconto de títulos públicos (Notas do Tesouro Nacional), sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

(b) Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia

Concessão e subconcessão

A Companhia segue as orientações da ICPC 01 e da OCPC 05 para contabilizar a concessão e a subconcessão dos serviços de transporte ferroviário e o arrendamento de bens vinculados à prestação desses serviços de suas controladas. A aplicação dessas interpretações e orientações técnicas requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- (i) Conclusão de que a essência econômica dos contratos de concessão e arrendamento é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário.
- (ii) Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão ou da subconcessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.
- (iii) Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("*price cap*") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "*price cap*" é raramente atingido.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

4 - Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados.

(a) Demonstrações financeiras

A Companhia não apresenta suas demonstrações financeiras de forma consolidada, conforme permitido pelo CPC 36, considerando os seguintes aspectos: (a) a VLI Multimodal S.A. é uma controlada da VLI S.A., a qual não fez objeção quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia; (b) os instrumentos de dívida ou patrimoniais da Companhia não são negociados em mercado aberto; (c) a VLI Multimodal S.A. não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, ou outro órgão regulador, visando a emissão de algum tipo ou classe de instrumento em mercado aberto; e (d) a controladora da Companhia disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As transações realizadas nas demonstrações financeiras de cada Companhia são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("moeda funcional").

A moeda funcional adotada pela Companhia e sua moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real.

(c) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

(e) Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado) – VJR e VJORA
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os instrumentos financeiros derivativos.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Reconhecimento e desreconhecimento

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Esta escolha é feita investimento por investimento.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as duas categorias de mensuração a seguir:

- Custo amortizado.
- Valor justo por meio do resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

(g) Provisão para perdas de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, aos títulos registrados em contas a receber. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço, recebíveis com partes relacionadas; e
- perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia optou por:

- (i) mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira e;
- (ii) mensurar provisões para perdas de crédito esperada para 12 meses para os ativos com características específicas listados abaixo:
 - títulos de dívida com baixo risco de crédito na data de apresentação, dos quais se destacam recebíveis com natureza de “*Take or pay*”; e;

(i) perda de crédito para vida inteira - *lifetime expected credit losses – lifetime – ECL*

Segregação da carteira de recebíveis por safras de produção de crédito semestrais
Segregação de títulos com natureza específica ou com partes relacionadas para evitar contaminação
Compilação de média linear de 3 safras
Aplicação do fator de PIB agropecuário como índice de sensibilização futura sobre os percentis de perda

(ii) perda de crédito esperada para 12 meses – *12 month expected credit losses – 12 month ECL*

Acompanhamento da evolução do risco de crédito dos créditos específico por se tratar de títulos com natureza específica

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera as informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações históricas e futuras.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação de crédito” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

(h) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas da Companhia administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As exposições cambiais dos empréstimos no exterior contam com suas posições protegidas via operações de *hedge* (contratos de *swap*), efetuadas sob a orientação da Tesouraria da Companhia.

Inicialmente, os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato dos instrumentos financeiros derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*.

A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos instrumentos financeiros derivativos como *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo).

Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*;
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica;
- O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos e variação cambial de empréstimos em moeda estrangeira. O ganho ou perda relacionados as parcelas efetivas e não efetivas de *swaps* é reconhecido na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 34.

(i) Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas por redução ao valor recuperável (Nota 4(g)).

Os ajustes a valor presente são calculados com base na diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à uma taxa de juros efetiva.

(j) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido, que pode ser o valor de reposição e, quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da média ponderada móvel.

(k) Investimentos em controladas

Entidades controladas são aquelas, nas quais, de forma direta ou indireta a Controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para obtenção de benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras os investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As políticas contábeis das controladas são as mesmas da Companhia.

(l) Consórcios

As atividades essenciais do TMIB são de responsabilidade da VMM que, como líder do consórcio, é responsável por toda a operação do TMIB e por toda tomada de gestão no empreendimento, sendo configurado o seu controle. Seus impactos são registrados nas demonstrações financeiras individuais da VLI seguindo o CPC 18 (R2) / IAS 28, sendo a entidade equiparada a uma investida. Dado o caráter de controle exercido pela VMM, as demonstrações financeiras consolidadas da VLI contemplam a totalidade da operação do TMIB.

(m) Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

(n) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Locomotivas e vagões	49
Máquinas, equipamentos e instalações	32
Edifícios e benfeitorias	2
Via permanente	33

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas".

(o) Intangível

Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente.

Direitos adquiridos de comercialização de transporte ferroviário

Os direitos adquiridos são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e se referente aos direitos de exclusividade conferidos à VLI Multimodal S.A. de contratar prestação exclusiva de serviços ferroviários e acessórios prestados pela Vale S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Amortização

A amortização é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Backlog de clientes	18
Benfeitorias em bens arrendados	26
Direitos de uso	39
Compra de capacidade	1

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

(p) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão deste na data do balanço.

(q) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(r) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

(s) Arrendamentos

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber);
- pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia:

- sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;
- usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, sem financiamento recente com terceiros; e
- faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, moeda e garantia, por exemplo.

As taxas de desconto utilizados pela Companhia em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 são:

	VMM
Vagões	de 9,00% a 9,69%
Locomotivas	de 8,04% a 9,69%
Terminais	3,04%

A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis, os prazos dos contratos, conforme exigência do CPC 12 (33):

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Prazos contratuais projetados pelo CDI futuro – BM&F – embasaram o cálculo das taxas incrementais em 1º de janeiro de 2019	Taxa
1 a 2 anos	7,81% a 8,58%
3 a 4 anos	9,24% a 9,76%
5 a 6 anos	10,10% a 10,38%
7 a 8 anos	10,60% a 10,74%
9 a 10 anos	10,83% a 10,92%
11 a 12 anos	11,00% a 11,06%

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos.

(t) Provisões

As provisões para as ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(u) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e desde que relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, são apresentados em separado, e não pelo líquido. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

(v) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia, através da sua Controlada Ultrafértil, é patrocinadora dos planos Petros Ultrafértil, que está estruturado na modalidade de benefício definido e adicionalmente, plano de assistência médica Ultrafértil garantido pela Resolução RN N° 279/11 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS que garantem aos empregados demitidos e beneficiários a permanência no plano vitaliciamente, ou se a contribuição for inferior a dez anos, cada ano de serviço prestado dará direito a um ano de permanência no plano, o passivo relacionado aos benefícios de risco do plano de pensão é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado. Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados. Estes planos encontram-se bloqueados a novas adesões de participantes.

A Companhia também é patrocinadora do Plano Vale Mais e Valia Prev que está estruturado na modalidade de contribuição variável, onde na fase de acumulação de recursos não existe passivo atuarial uma vez que os compromissos estão limitados ao saldo de contas formados pelas contribuições efetuadas pelos participantes e pela patrocinadora. Na fase de concessão do benefício o saldo de contas é transformado em uma renda mensal vitalícia, determinada por um fator atuarial que leva em consideração a expectativa de vida do participante e de seu beneficiário, e uma taxa real anual de juros, sendo, nesta fase, avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, para cálculo do passivo atuarial, o valor presente da obrigação de benefício são calculados nos moldes do CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados cuja metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. As diretrizes da participação nos resultados são determinadas pela administração da Companhia. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

Incentivos de longo prazo

Os programas de Incentivos de longo prazo oferecidos pelas Companhias FNS, FCA, VLI, Ultrafértil e VLI Multimodal S.A. (em conjunto, “Grupo VLI” ou “Grupo”) (*Matching, Phantom e Retention*) estão descritos na Nota 33. Os referidos incentivos classificam-se como “outros benefícios de longo prazo” pelo CPC 33 (R1) / IAS 19 - Benefícios a Empregados e tem seus efeitos reconhecidos diretamente na demonstração do resultado, respeitando-se o princípio da competência e as melhores estimativas da UVV (“unidades de valor virtual”) a cada data-base de reporte.

(w) Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias não resgatáveis, todas sem valor nominal. Cada ação dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

(x) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços portuários, transportes ferroviário e rodoviário, e movimentação portuária no curso normal das atividades da Companhia e de receitas acessórias ligadas às atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções e descontos.

O reconhecimento das receitas obedece:

- (i) a identificação de um contrato com cliente;
- (ii) a identificação das obrigações de desempenho;
- (iii) a avaliação das eventuais contraprestações variáveis;
- (iv) a alocação do preço à respectiva obrigação de desempenho;
- (v) o reconhecimento da receita a medida ou no momento em que a obrigação de desempenho é cumprida, sendo que a Companhia reconhece a receita de prestação de serviços de transportes de carga ferroviários, rodoviários e portuários à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo.

Receitas de serviços

A Companhia presta serviços de transportes de carga ferroviários, rodoviários e portuários. As vendas são reconhecidas a medida em que os serviços são prestados, ou seja, ao longo da execução dos mesmos e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita, muito embora o faturamento efetivo possa se dar em momento distinto e em linha com as exigências contratuais e legislatórias impostas pelos órgãos reguladores.

A Companhia avalia o período de reconhecimento das receitas de forma tempestiva, efetuando ajustes contábeis para melhor aproximar o cumprimento das obrigações de desempenho que se dão ao longo do tempo versus os eventuais registros por faturamento, conforme exigências contratuais ou dos órgãos reguladores.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Receitas de indenizações, multas ou *take-or-pay* (“TOP”)

A Companhia também opera com contratos do tipo *take-or-pay*, em que seus clientes têm a obrigação de adquirirem a prestação de serviços pré-acordadas ou ficam sujeitas a multas pelo seu não cumprimento.

Os volumes de TOP são apurados tempestivamente e individualmente por cada contrato, sendo seu reconhecimento se dando somente com:

- (i) lastro contratual;
- (ii) apuração efetiva das diferenças de volume dos serviços prestados versus contratados;
- (iii) mensuração acurada das tarifas;
- (iv) aceite do cliente quanto as diferenças.

Desta forma, as receitas de TOP se dão ao longo do tempo, sendo faturadas observando as disposições contratuais de cada cliente.

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo prazo de competência, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

Receitas diferidas

As receitas antecipadas são registradas no passivo quando há recebimentos antecipados para prestação de serviços futuros. As receitas antecipadas serão reconhecidas no resultado quando decorrido o prazo de competência ou da prestação de serviços futuros.

(y) Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que esta reserva atinja 20% do capital social.

(z) Apresentação de informações por segmentos

Conforme descrito na Nota 32, A Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, o Conselho de Administração, órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

(aa) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia divulga sua demonstração do valor adicionado (“DVA”), de acordo com a NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado, que é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme prática contábil brasileira, aplicável a companhias abertas, que, entretanto, para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto de demonstrações financeiras.

(ab) Fluxo de caixa

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As transações que não afetaram caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 dizem respeito a:

- (i) capitalização em Controlada de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no montante de R\$ 260.000 (Nota 25);
- (ii) reconhecimento de dividendos a receber de controladas e ainda não pagos no montante de R\$ 71.165 (Nota 16);
- (iii) correções monetárias no direito de uso e obrigações de arrendamento e que derivam do IFRS 16 no montante de R\$ 26.579 (Notas 17 e 23).
- (iv) adições de direitos de uso no imobilizado e obrigações de arrendamento, e que derivam do IFRS 16 nos montantes de R\$ 50.262 (Notas 17 e 23);
- (v) alienação de material rodante com a FNS, já liquidado e no montante de R\$ 726.383 (Notas 7 e 9);
- (vi) Provisão de estoques para intangíveis no montante de R\$ 4 (Nota 18).

As transações que não afetaram caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 dizem respeito a:

- (i) capitalização em Controlada de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no montante de R\$ 420.000 (Nota 25);
- (ii) reconhecimento de dividendos a receber de Controladas e ainda não pagos no montante de R\$ 83.339 (Nota 16);
- (iii) correções monetárias no direito de uso e obrigações de arrendamento e que derivam do IFRS 16 no montante de R\$ 50.342 (Notas 17 e 23).
- (iv) provisionamento dos dividendos a pagar no valor de R\$ 917, referentes aos resultados dos exercícios de 2020 e 2019 (Nota 24);
- (v) adições de direitos de uso no imobilizado e obrigações de arrendamento, e que derivam do IFRS 16 nos montantes de R\$ 136.594 (Notas 17 e 23);
- (vi) encerramento de contratos de arrendamento com baixa de direitos de uso e obrigações de arrendamento nos montantes de R\$ 607.307 e R\$ 656.983, respectivamente (Notas 17 e 23), bem como efeito de baixa dos resultados não realizados de R\$ 49.676 na rubrica de investimentos;
- (vii) alienação de material rodante com a FNS, ainda não liquidado e no montante de R\$ 726.383 (Notas 7 e 9).

5 - Reapresentação de informações comparativas

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro e CPC 26(R1) / IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis, em decorrência do assunto descrito abaixo.

Até 2020, a prática contábil utilizada pela Companhia para reconhecimento de provisão para processos judiciais estabelecia a fase de execução dos processos judiciais como momento inicial para avaliação do reconhecimento e mensuração da provisão contábil, uma vez que o valor da obrigação era considerada como líquida e certa. Esta prática foi adotada consistentemente ao longo dos anos.

Em 2021, a Companhia revisou o processo de contingenciamento, visando garantir maior confiabilidade sobre o reconhecimento e mensuração dos passivos jurídicos e concluiu que a prática adotada até então deixava de capturar todos os processos que se encontravam em estágios anteriores ao de execução e que resultariam em desfecho desfavorável para Companhia, o que configurou um erro de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 23 / IAS 8.

A nova estimativa contábil adotada em 2021, e ajustada retrospectivamente, busca considerar o desfecho mais provável para a população total de processos em disputas da Companhia, não se limitando aos processos em fase executória. O julgamento da administração é complementado pela experiência e relatórios de peritos (advogados internos e externos) sendo que o risco de perda é determinado como provável de acordo com os requerimentos da norma contábil CPC 25 / IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	01/01/2020		
	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado
Ativo			
Não circulante			
Tributos diferidos sobre o lucro	113.801	17.868	131.669
Investimentos	8.804.507	(401.826)	8.402.681
	14.568.687	(383.958)	14.184.729
	16.768.739	(383.958)	16.384.781
Passivo			
Não circulante			
Provisão para processos judiciais	658	52.555	53.213
	6.611.469	52.555	6.664.024
Patrimônio líquido			
Ajustes de avaliação patrimonial	(63.103)	(18)	(63.121)
Reservas de lucros	588.941	(436.495)	152.446
	8.764.692	(436.513)	8.328.179
	16.768.739	(383.958)	16.384.781
			31/12/2020
	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado
Ativo			
Não circulante			
Tributos diferidos sobre o lucro	270.461	19.249	289.710
Investimentos	9.212.098	(498.161)	8.713.937
	15.185.003	(478.912)	14.706.091
	17.062.768	(478.912)	16.583.856
Passivo			
Não circulante			
Provisão para processos judiciais	819	56.617	57.436
	6.528.423	56.617	6.585.040
Patrimônio líquido			
Ajustes de avaliação patrimonial	(61.168)	(132)	(61.300)
Reservas de lucros	591.885	(535.397)	56.488
	8.769.571	(535.529)	8.234.042
	17.062.768	(478.912)	16.583.856

VLI MULTIMODAL S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do resultado do exercício:

	31/12/2020		
	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	404.228	(1.976)	402.252
Lucro operacional antes do resultado financeiro	264.322	(1.976)	262.346
Resultado de equivalência patrimonial	18.686	(96.220)	(77.534)
Resultado financeiro	(329.056)	(2.086)	(331.142)
Receitas financeiras	728.047	207	728.254
Despesas financeiras	(499.579)	(2.293)	(501.872)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(46.048)	(100.282)	(146.330)
Imposto de renda e contribuição social	49.908	1.381	51.289
Tributos diferidos	156.660	1.381	158.041
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	3.860	(98.901)	(95.041)
Lucro (prejuízo) líquido do período básico e diluído por ação - R\$	0,00001	(0,00026)	(0,00025)

Demonstração dos resultados abrangentes:

	31/12/2020		
	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado
Prejuízo líquido do exercício	3.860	(98.901)	(95.041)
Total do resultado abrangente do exercício	5.920	(98.901)	(92.981)

VLI MULTIMODAL S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2020		
	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	3.860	(98.901)	(95.041)
Provisões (reversões) para perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber	-	6.402	6.402
Resultado de equivalência patrimonial	(18.686)	96.220	77.534
Provisões (reversões) para perdas e processos judiciais	6.564	(1.271)	5.293
Tributos diferidos sobre o lucro	(156.660)	(1.381)	(158.041)
Provisão para processos judiciais	-	(1.070)	(1.070)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.135.793	-	1.135.793
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(1.229.070)	-	(1.229.070)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento	(373.696)	-	(373.696)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(466.973)	-	(466.973)

Demonstração do valor adicionado:

	31/12/2020		
	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado
Provisão para processos judiciais, líquida de reversões	(8.124)	(4.062)	(12.186)
Valor adicionado bruto	1.483.504	(4.062)	1.479.442
Valor adicionado líquido produzido	596.220	(4.062)	592.158
Resultado de participações societárias	18.686	(96.220)	(77.534)
Valor adicionado recebido em transferência	1.284.343	(96.220)	1.188.123
Valor adicionado total a distribuir	1.880.563	(100.282)	1.780.281
Distribuição do valor adicionado			
Impostos, taxas e contribuições	51.010	(1.381)	49.629
Remuneração de capital próprio	(49.206)	(98.901)	(95.041)
Valor adicionado distribuído	1.880.563	(100.282)	1.780.281

6 - Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	10.676	5.514
Aplicações financeiras (i)	1.902.016	746.779
	1.912.692	752.293

- (i) Aplicações em operações compromissadas, letras financeiras e em certificados de depósitos bancários de curto prazo indexados ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), com remuneração média de 104,24% (2020 – 107,05%). Todas possuem insignificante risco de mudança de valor e são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 - Contas a receber

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
Contas a receber de terceiros	318.768	212.141
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 9)	102.165	578.195
Menos: Perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber	<u>(36.468)</u>	<u>(19.837)</u>
Contas a receber de clientes, líquidas	<u>384.465</u>	<u>770.499</u>
Não circulante		
Contas a receber de terceiros	20.256	26.819
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 9)	<u>-</u>	<u>254.235</u>
	<u>20.256</u>	<u>281.054</u>
	<u>404.721</u>	<u>1.051.553</u>

A movimentação das perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber seguem:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Método simplificado		
Saldo no início do exercício	(6.739)	(7.226)
(+) Aumento	-	(6.581)
(-) Redução	<u>2.550</u>	<u>7.068</u>
Saldo ao final do exercício	<u>(4.189)</u>	<u>(6.739)</u>
Take or pay e multas (acompanhamento do risco de crédito)		
Saldo no início do exercício	(13.098)	(6.209)
(+) Aumento	(32.220)	(7.006)
(-) Redução	<u>13.039</u>	<u>117</u>
Saldo ao final do exercício	<u>(32.279)</u>	<u>(13.098)</u>
	<u>(36.468)</u>	<u>(19.837)</u>
Variação operacional - resultado	(16.890)	(7.752)
Variação financeira - resultado	<u>259</u>	<u>1.350</u>
	<u>(16.631)</u>	<u>(6.402)</u>

As análises de vencimentos estão apresentadas a seguir, estando sujeito ao provisionamento para perdas de crédito conforme política interna da Companhia (Nota 4(g)):

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
A vencer	402.228	1.027.962
Vencidos até 3 meses	2.376	6.121
Vencidos de 3 a 6 meses	718	197
Vencidos acima 6 meses	<u>35.867</u>	<u>37.109</u>
Contas a receber de clientes	<u>441.189</u>	<u>1.071.389</u>

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 – Estoques

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Estoques para manutenção de equipamentos e instalações	18.143	27.827
Combustíveis, lubrificantes e gases	516	453
Materiais de consumo de oficina e manutenção	8.997	10.385
Materiais elétricos e eletrônicos	2.141	2.061
Outros materiais	3.689	-
	<u>33.486</u>	<u>40.726</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, contempla R\$ 6.911 (2020 - R\$ 1.762) de provisões para desvalorização de estoques.

9 - Partes relacionadas

As transações entre as partes relacionadas podem ser demonstradas conforme abaixo:

Balço patrimonial	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo circulante		
Contas a receber (Nota 7)		
Controladora (VLI S.A.)	-	21
Subsidiárias (i)	18.505	495.027
Outras	83.660	83.147
	<u>102.165</u>	<u>578.195</u>
Mútuos		
Subsidiária (Nota 14)	612	-
	<u>612</u>	<u>-</u>
Ativo não circulante		
Contas a receber (Nota 7)		
Subsidiárias (i)	-	254.235
	<u>-</u>	<u>254.235</u>
Mútuos		
Subsidiária (Nota 14)	100.000	-
	<u>100.000</u>	<u>-</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 25)		
Subsidiárias	-	260.000
	<u>-</u>	<u>260.000</u>
Passivo circulante		
Fornecedores (Nota 19)		
Controladora (VLI S.A.) (ii)	2.717	2.220
Subsidiárias (ii)	38.580	22.499
Outras	228.247	181.191
	<u>269.544</u>	<u>205.910</u>
Obrigações por arrendamento (Nota 23)		
Controladora indireta (Vale S.A.) (iii)	15.260	19.204
Outros (iii)	28.331	3.321
	<u>43.591</u>	<u>22.525</u>
Passivo não circulante		
Obrigações por arrendamento (Nota 23)		
Controladora indireta (Vale S.A.) (iii)	78.213	69.273
Outros (iii)	126.192	94.123
	<u>204.405</u>	<u>163.396</u>

VLI MULTIMODAL S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do resultado	31/12/2021	31/12/2020
Receitas		
Receita de aluguel de terminais		
Subsidiárias	21.467	15.357
Outras	-	2.992
	21.467	18.349
Receita de aluguel de locomotivas e vagões		
Subsidiárias	75.544	82.842
	75.544	82.842
Custos e despesas		
Custo dos serviços		
Subsidiárias	(25.134)	-
Outras	(928.473)	(886.226)
	(953.607)	(886.226)
Outras receitas (despesas) operacionais (vi)		
Controladora (VLI S.A.)	(29.716)	(14.155)
Subsidiárias (v) e (i)	102.077	828.920
Outras	51.339	49.915
	123.700	864.680
Previdência complementar		
Outras	(5.932)	(6.191)
	(5.932)	(6.191)
Receitas (Despesas) financeiras		
Outras	-	48
	-	48

As análises de vencimentos de contas a receber de partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	101.880	561.333
Vencidos até 3 meses	205	6.121
Vencidos de 3 a 6 meses	80	152
Vencidos acima 6 meses	-	264.824
	102.165	832.430

- (i) Substancialmente representado pela venda de material rodante realizada em dezembro de 2020 da VMM para a FNS, no montante de R\$ 726.383, embasado em valor justo de mercado e com fluxo de pagamento em 2021 e R\$ 254.234 em 2021. Os lucros apurados na operação montam a R\$ 195.928 e foram eliminados do resultado da VMM, seguindo as premissas do ICPC 09 (Nota 16). Os saldos foram liquidados ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
- (ii) Os valores a pagar no passivo circulante são referentes aos contratos de prestação de serviço ferroviário com a Vale S.A. de R\$ 227.007 (2020 – R\$ 179.999) e com FCA de R\$ 7.360 (2020 – R\$ 22.499); e ao compartilhamento de custos e despesas administrativas da VLI S.A. no montante de R\$ 2.717 (2020 – R\$ 2.221).
- (iii) Referem-se às obrigações de arrendamento de locomotivas e terminais arrendados com a FCA e FNS e vagões perante a Mitsui Rail Capital (“MRC”).

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iv) Os valores relativos a custos dos serviços em 2021 e 2020 são relacionados aos custos incorridos da prestação de serviços oriundas dos contratos entre a Companhia, a FCA e a Vale S.A.
- (v) As receitas referem-se substancialmente a multas contratuais e recuperação de despesas com a Vale e fruto dos contratos de prestação de serviço mantidos no curso ordinário do negócio da VMM
- (vi) Saldos referem-se substancialmente aos resultados líquidos com compartilhamento de gastos, representados por serviços prestados, processos transacionais de suprimentos, financeiros, recursos humanos, TI, jurídico e outros.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas (despesas) com compartilhamento de gastos		
Controladora (VLI S.A.)	(29.716)	(14.155)
Subsidiárias	102.077	102.537
	<u>72.361</u>	<u>88.382</u>

9.1 – Compra de capacidade

A Companhia, na sua qualidade de operador de transporte multimodal (OTM), efetua, anualmente, aquisição de direitos de capacidade excedente da Ferrovia Centro Atlântica S.A. (Nota 18).

9.2 – Remuneração do pessoal chave

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores estatutários, é paga integralmente pela VLI S.A. (Controlador final da Companhia), com o respectivo reembolso no Grupo via contrato de compartilhamento de despesas (Nota 29(b)).

10 - Tributos antecipados sobre o lucro e tributos a recuperar

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
ICMS a recuperar	12.541	16.100
PIS e COFINS a compensar (i)	38.913	142.642
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	18.824	9.391
Saldos de declaração – imposto de renda e contribuição social	34.161	6.114
INSS	8	179
Outros	18.126	13.808
	<u>122.573</u>	<u>188.234</u>
Não circulante		
ICMS a recuperar	1.560	19.098
PIS e COFINS a compensar (i)	120.644	100.101
Saldos de declaração – imposto de renda e contribuição social	9.445	70.563
INSS	-	285
Outros	1.436	2.455
	<u>133.085</u>	<u>192.502</u>
Total – tributos a recuperar	<u>255.658</u>	<u>380.736</u>

(i) Na VMM encontra-se registrado R\$ 64.740 de créditos referentes à exclusão do ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo do PIS e da Cofins relacionados ao período de 2012 a 2017, conforme processo 1000580-98.2017.4.01.3800.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em que pese o trânsito em julgado ainda pendente, os créditos foram registrados com base no IAS 37 / CPC 25, considerando-se que é líquido e certo o seu ganho, e em consonância com o trânsito em julgado do RE nº 574.706, no qual o STF definiu em sede de repercussão geral, que o ICMS destacado em documento fiscal não deve compor a base de cálculo do PIS e da Cofins. Os mencionados créditos ainda não foram compensados, pois estão aguardando a conclusão do processo judicial.

A classificação dos tributos a recuperar, do ativo circulante, foi definida com base nas estimativas de realização para os próximos 12 (doze) meses das operações da Companhia.

11 - Dividendos a receber

Os dividendos apresentados nas demonstrações financeiras individuais da VLI Multimodal, foram propostos por suas controladas diretas, sendo constituídos conforme previsto no estatuto social da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 os dividendos a receber montam em R\$ 311.627 (2020 - R\$ 419.598), sendo devidos pelas:

(a) Ferrovia Norte Sul S.A. - FNS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram deliberados pela FNS a distribuição de R\$ 49.624 a títulos de dividendos oriundos da participação da VMM e referentes aos lucros apurados em 2021, valores estes ainda não pagos. Os dividendos de R\$ 54.457 referentes ao exercício de 2020 e de R\$ 100.000 deliberados adicionalmente em 2019, respectivamente, foram recebidos ao longo do exercício de 2021.

Os dividendos adicionais deliberados em 2019 e no montante R\$ 225.237 ainda não foram pagos, tendo previsão de recebimento em 2022.

(b) Ultrafértil S.A.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram deliberados pela UF a distribuição de R\$ 14.515 a títulos de dividendos oriundos da participação da VMM e referentes aos lucros apurados em 2021, valores estes ainda não pagos.

Os dividendos de R\$ 11.678 referentes ao exercício de 2020 foram recebidos ao longo do exercício de 2021.

Os dividendos adicionais deliberados em 2017 e no montante R\$ 11.022 ainda não foram pagos, tendo previsão de recebimento posterior a 2022 e logo, tendo sido apresentados no longo prazo.

(c) Consórcio TMIB

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram deliberados pelo Consórcio TMIB a distribuição R\$ 7.026 a título de dividendos oriundos da participação da VMM e referentes aos lucros apurados em 2020, valores estes ainda não pagos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram deliberados pelo Consórcio TMIB a distribuição R\$ 67.126 a título de dividendos oriundos da participação da VMM e referentes aos lucros apurados de 2014 a 2019, tendo sido R\$ 49.922 pagos em caixa. Adicionalmente, R\$ 13.000 foram pagos em caixa ao longo do exercício de 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 - Despesas pagas antecipadamente

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
Prêmios de seguros pagos antecipadamente	403	7.241
Despesas com licença de uso de softwares	3.814	2.283
Outras	87	3.040
	<u>4.304</u>	<u>12.564</u>
Não circulante		
Subcrédito social pago antecipadamente	5.976	4.445
Outros	112	-
	<u>6.088</u>	<u>4.445</u>
	<u>10.392</u>	<u>17.009</u>

13 - Sinistros a recuperar e demais ativos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
Adiantamento a empregados	2.846	3.587
Adiantamento a fornecedores	11.814	140
Outras contas (b)	20.264	15.361
	<u>34.924</u>	<u>19.088</u>
Total - demais ativos		
Não circulante		
Sinistros a recuperar (a)	-	12
	<u>-</u>	<u>12</u>
Total - sinistros a recuperar		
Adiantamento a fornecedores	2.572	2.544
Outros	-	150
	<u>2.572</u>	<u>2.694</u>
Total - demais ativos	<u>37.496</u>	<u>21.794</u>

- (a) Os gastos relevantes com sinistros ocorridos foram apropriados no ativo não circulante por não termos evidências de reembolso por parte das seguradoras contratadas no próximo ano corrente.
- (b) Refere-se substancialmente aos recebíveis referente ao arrendamento de terminais com as controladas FCA e FNS.

14 - Mútuo

Em 31 de dezembro de 2021, contempla R\$ 100.000 obtidos com a controlada FCA, com vencimento em 10 de dezembro de 2023, com pagamentos de juros anuais e com a taxa de CDI + 1,5%, limitada a 12% a.a.

15 - Depósitos judiciais e provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

A natureza das obrigações está descrita na Nota 15.1, sendo eventuais valores de reembolso e o momento das suas realizações incertos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldos dos depósitos e processos judiciais:

	31/12/2021		31/12/2020		01/01/2020	
	Depósitos judiciais	Provisões para processos Judiciais (Reapresentado - Nota 5)	Depósitos judiciais	Provisões para processos Judiciais (Reapresentado - Nota 5)	Depósitos judiciais	Provisões para processos Judiciais (Reapresentado - Nota 5)
Trabalhistas	1.403	9.552	887	10.492	960	7.627
Cíveis	164	4.001	-	862	4	357
Tributárias	745	62.003	-	46.082	-	45.229
Outros	-	781	-	-	-	-
	2.312	76.337	887	57.436	964	53.213

Movimentação das provisões para processos judiciais:

	31/12/2020 (Reapresentado - Nota 5)	Adições/reversões	Pagamento	Adições/reversões juros e atualização monetária	31/12/2021
Trabalhistas	10.492	2.030	(1.817)	(1.153)	9.552
Cíveis	862	1.843	(312)	1.608	4.001
Tributárias	46.082	23.772	(4.743)	(3.108)	62.003
Outros	-	898	-	(117)	781
	57.436	28.543	(6.872)	(2.770)	76.337

	01/01/2020 (Reapresentado - Nota 5)	Adições/reversões	Pagamento	Adições/reversões juros e atualização monetária	31/12/2020 (Reapresentado - Nota 5)
Trabalhistas	7.628	2.327	(554)	1.091	10.492
Cíveis	357	628	(536)	413	862
Tributárias	45.228	(193)	20	1.027	46.082
	53.213	2.762	(1.070)	2.531	57.436

15.1 - Passivos contingentes

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes com prognóstico de perda possível no montante aproximado de R\$ 498.134 (31/12/2020 – R\$ 455.591 e 01/12/2020 – R\$ 335.589), referente a causas de natureza trabalhista, cível, ambiental e tributária, para os quais, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões por se tratarem de perdas possíveis.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As composições dos passivos contingentes por natureza podem ser assim apresentadas:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado - Nota 5)	01/01/2020 (Reapresentado - Nota 5)
Trabalhistas (a)	17.274	18.722	19.232
Cíveis (b)	29.716	48.349	34.688
Tributárias (c)	450.264	386.628	280.070
Ambientais (d)	880	1.892	1.599
	498.134	455.591	335.589

- (a) **Trabalhistas:** trata-se de reclamações trabalhistas promovidas por ex-empregados da VLIMM, bem como sindicatos e ex-empregados de empresas terceirizadas, cujos pedidos mais recorrentes e relevantes referem-se ao pagamento por horas extras; alegação de divergência de salário para funções idênticas, ensejando pedido de diferenças salariais e pedido de responsabilidade solidária da VLIMM, em decorrência de não cumprimento de obrigações trabalhistas por empresas contratadas pela mesma para a prestação de serviços diversos (terceirização).
- (b) **Cíveis:** trata-se de demandas discutindo questões indenizatórias, promovidas por empresas contratadas pela Companhia que alegam prejuízos contratuais, além de ações anulatórias.
- (c) **Tributárias:** trata-se, principalmente, de glosa de créditos de ICMS e autuações de ICMS relacionadas ao (i) descumprimento de obrigações acessórias, (ii) glosa de créditos, (iii) exigência do imposto sobre a transferência de bens para o mesmo titular e ausência de retorno de bens remetidos para reparo/conserto no prazo regulamentar.
- (d) **Ambientais:** trata-se de demandas cuja discussão se refere à alegação dos órgãos ambientais, Ministério Público e Prefeituras, de que a Companhia teria descumprido alguma obrigação ambiental, ou sua atividade tenha gerado algum impacto ambiental, impondo multas diversas à Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Sumário das principais causas:

Natureza	Tipo de ação	Valor em risco possível – 31/12/2021	Breve descrição do processo
Tributárias	Auto de infração	R\$ 193.131	Objeto: Cobrança de ISSQN supostamente incidente sobre serviços portuários de carga e descarga nos terminais marítimos TPD (Terminal de Produtos Diversos), TPM ("Terminal de Praia Mole") e TGL. Andamento atual: Impugnação apresentada e pendente de julgamento em 1ª instância administrativa.
Tributárias	Auto de Infração/Impugnação	R\$ 101.516	Objeto: Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, sob o entendimento de que a empresa, no período compreendido pela autuação, estaria obrigada ao recolhimento da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) prevista no art. 8º da Lei Federal nº 12.546/11. Sustentou-se a insubsistência do lançamento sob o fundamento de que a atividade principal da empresa consistiria na Prestação de Transporte Ferroviário de Cargas, conforme CNAE (49-11-6/00), visto que (i) sequer detém o direito de concessão para a exploração de tal serviço; (ii) a operacionalização do serviço é realizada mediante a contratação de reserva de capacidade com as empresas concessionárias; (iii) a mera inscrição no CNAE no código 49-11-6/00 não é hipótese de incidência do tributo e; (iv) a necessidade de inscrição no CNAE em diversas classificações econômicas, de forma a abranger todas as atividades desenvolvidas pela empresa, visando possibilitar o cumprimento das obrigações fiscais acessórias. Além, defendeu a necessidade de exclusão do ICMS, ISS, PIS e COFINS da base de cálculo da CPRB e a imunidade constitucional em relação às receitas de exportação para fins de exclusão da base da contribuição em tela. Andamento atual: Administrativo – Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário interposto
Cíveis	Ação de indenização	R\$ 14.172	Objeto: Trata-se de ação de Indenização ajuizada por cliente sustentando descumprimentos contratuais das Rés ao longo da relação comercial. Andamento atual: Administrativo – Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário interposto
Tributárias	Auto de Infração/Impugnação	R\$ 45.413	Objeto: Trata-se de auto de Infração consubstanciado no PTA nº 13136.720472/2020-41 resultante do Procedimento de Fiscalização nº 0610900.2020.00705, para exigir da VMM, sucessora da VLI Locação de Locomotivas S/A, PIS e de Cofins, no período entre 30/11/15 e 31/08/19. Andamento atual: Aguardando decisão de 2ª Instância administrativa.
Cíveis	Arbitragem	R\$ 19.254	Objeto: Ação Anulatória ajuizada para reconhecimento da insubsistência das cobranças relativas aos Processos de Cobrança n.ºs 10680-915.745/2018-54; 10680-915.908/2018-07; 10680-913.993/2018-61; 10680-914.446/2018-01; 10680-913.991/2018-71; 10680-914.443/2018-69; 10680-914.444/2018-11; 10680-913.992/2018-16 e 10680-914.445/2018-58. Andamento atual: Aguardando Julgamento em 1ª Instância.
Tributárias	Auto de Infração/Impugnação	R\$ 12.355	Objeto: Trata-se de auto de Infração consubstanciado no PTA nº 13136.720472/2020-41 resultante do Procedimento de Fiscalização nº 0610900.2020.00705, para exigir da VMM, sucessora da VLI Locação de Locomotivas S/A, PIS e de Cofins, no período entre 30/11/15 e 31/08/19. Andamento atual: Aguardando Julgamento em 1ª Instância.
Tributárias	Auto de Infração/Impugnação	R\$ 12.556	Objeto: Trata-se de Ação Anulatória ajuizada para reconhecimento da insubsistência das cobranças relativas aos Processos de Cobrança n.ºs 10680-915.745/2018-54; 10680-915.908/2018-07; 10680-913.993/2018-61; 10680-914.446/2018-01; 10680-913.991/2018-71; 10680-914.443/2018-69; 10680-914.444/2018-11; 10680-913.992/2018-16 e 10680-914.445/2018-58. Andamento atual: Aguardando Julgamento em 1ª Instância.
Cíveis	Ação Ordinária	Valor inestimável	Objeto: Trata-se de Ação Anulatória ajuizada visando à declaração de insubsistência do crédito tributário ilegitimamente constituído por intermédio do Auto de Infração n.º 007/2016 através do qual foi exigido da Autora crédito tributário a título do ISSQN no valor histórico de R\$ 8.172, por suposta ausência de retenção, ou retenção a menor, do imposto incidente sobre serviços tomados em relação a fornecedoras e sobre o fornecimento de equipamentos. Andamento atual: Aguardando Julgamento em 1ª Instância.
			Objeto: Trata-se de Auto de Infração lavrado pela Divisão de Fiscalização Ambiental relacionado a poluição sonora através da passagem e acionamento de buzina de composição ferroviária, gerando ruídos acima dos limites máximos permitidos pela legislação – 50 decibéis. Andamento atual: Defesa Administrativa apresentada pela empresa, aguarda julgamento.

16 - Investimentos

16.1 - Movimentação dos investimentos

	31/12/2021					
	FCA	FNS	UF	Trato	TMIB	VLI Multi
Saldo no final em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado – Nota 5)	4.669.353	2.356.889	1.662.170	1	25.524	8.713.937
Constituição de reserva de capital	66	-	-	-	-	66
Aumento de capital	259.934	-	-	26.700	-	286.634
Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 26(b))	-	-	253	-	-	253
Resultado de equivalência patrimonial						-
Resultado das controladas	(416.478)	271.958	61.117	(10.457)	17.774	(76.086)
Dividendos propostos	-	(49.624)	(14.515)	-	(7.026)	(71.165)
Resultados não realizados - IFRS 16 (ii)	3.151	(329)	-	-	-	2.822
Resultados não realizados – venda de ativos	186	7.486	-	-	-	7.672
Outros	(56)	-	-	-	-	(56)
Saldo no final em 31 de dezembro de 2021	4.516.156	2.586.380	1.709.025	16.244	36.272	8.864.077

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2020 (Reapresentado – Nota 5)						
	FCA	FNS	UF	VLILL	Trato	TMIB	VLI Multi
Saldo no final em 1º de janeiro de 2020 (Reapresentado – Nota 5)	4.481.383	2.319.334	1.514.695	1.645	1	85.623	8.402.681
Constituição de reserva de capital	419.892	-	109.997	-	-	-	529.889
Aumento de capital	108	-	3	-	-	-	111
Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 26(b))	-	-	1.809	-	-	-	1.809
Resultado de equivalência patrimonial							
Resultado das controladas	(204.663) (i)	290.996	47.347	-	-	7.027	140.707
Dividendos propostos	-	(54.454)	(11.681)	-	-	(67.126)	(133.261)
Resultados não realizados - IFRS 16 (ii)	(25.216)	(3.087)	-	(1.645)	-	-	(29.948)
Resultados não realizados – venda de ativos	(2.234)	(195.928)	-	-	-	-	(198.162)
Baixa de resultados não realizados – venda de ativos	16	624	-	-	-	-	640
Outros	67	(596)	-	-	-	-	(529)
Saldo no final em 31 de dezembro de 2020	4.669.353	2.356.889	1.662.170	-	1	25.524	8.713.937

(i) Líquido dos efeitos de R\$ 8.491 (2020 - R\$ 7.584) referente a contrato de arrendamento com parcela de obrigação na FCA e na VMM e cujos efeitos patrimoniais foram apresentados em direito de uso e obrigações de arrendamento.

(ii) Resultados intragrupo não realizados advindos da implementação do CPC 06 (R2) / IFRS 16. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, contempla (R\$ 49.676) dos efeitos de encerramento voluntário de contratos de material rodante mantidos com FCA e FNS (Notas 17 e 23).

16.2 - Reconciliação equivalência patrimonial:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado – Nota 5)
Equivalência patrimonial – DRE	(57.158)	(77.534)
Efeito contrato de arrendamento de locomotivas - MRC 27 (Nota 17(f))	(8.491)	(7.584)
Resultados não realizados – IFRS 16	(2.765)	29.948
Baixa efeitos remanescentes VLILL	-	(1.645)
Resultados não realizados – venda de ativos	-	198.161
Baixa de resultados não realizados – venda de ativos	(7.672)	(639)
Outros	(1)	-
	(76.087)	140.707

16.3 - Informações sobre controladas

		31/12/2021				
	% Participação	Número de ações ordinárias e quotas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Ferrovia Centro Atlântica S.A.	99,99%	142.807.783	8.515.611	3.991.186	4.524.425	(416.478)
Ferrovia Norte Sul S.A.	100,00%	1.835.966.791	4.062.336	1.242.915	2.819.421	271.958
Ultrafêrtil S.A.	85,64	4.057.930	3.757.164	1.744.620	2.012.544	61.117
TMIB	50%	n/a	119.034	50.984	68.050	17.774
		31/12/2020 (Reapresentado – Nota 5)				
	% Participação	Número de ações ordinárias e quotas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Ferrovia Centro Atlântica S.A.	99,99%	136.242.616	9.099.806	4.418.905	4.680.901	(204.663)
Ferrovia Norte Sul S.A.	100,00%	1.835.966.791	4.316.273	1.763.188	2.547.463	290.996
Ultrafêrtil S.A.	85,64	4.057.930	3.782.100	1.841.217	1.940.883	45.262
TMIB	50%	n/a	92.567	60.064	32.503	14.053

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 - Imobilizado

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos, instalações e veículos	Locomotivas e vagões	Via permanente	Imobilizado em andamento (a)	Outros	Total
Valor de custo							
Saldo em 31 de dezembro de 2019	275.866	717.088	4.497.755	13.075	149.532	5.186	5.658.502
Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Nota 23)	-	-	50.342	-	-	-	50.342
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Nota 23)	-	109.484	27.110	-	-	-	136.594
Baixas CPC 06 (R2) / IFRS 16 (c)	-	-	(787.581)	-	-	-	(787.581)
Outros CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(97)	1.662	-	-	-	1.565
Adições	-	-	-	-	146.207	-	146.207
Baixas (d)	-	(3)	(642.493)	-	-	-	(642.496)
Transferências (e)	6.296	67.124	(4)	604	(119.282)	-	(45.262)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	282.162	893.596	3.146.791	13.679	176.457	5.186	4.517.871
Valor de depreciação							
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(27.539)	(184.787)	(689.394)	(1.884)	-	(1.470)	(905.074)
Adições	(4.739)	(66.244)	(115.157)	(364)	-	(613)	(187.117)
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(12.773)	(96.705)	-	-	-	(109.478)
Outros CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	-	3.499	-	-	-	3.499
Baixas CPC 06 (R2) / IFRS 16 (c)	-	-	180.264	-	-	-	180.264
Baixas	-	-	118.521	-	-	-	118.521
Transferências (e)	-	1.254	-	-	-	-	1.254
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(32.278)	(262.550)	(598.972)	(2.248)	-	(2.083)	(898.131)
Valor de custo							
Saldo em 31 de dezembro de 2020	282.162	893.596	3.146.791	13.679	176.457	5.186	4.517.871
Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Nota 23)	-	22.547	4.032	-	-	-	26.579
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Nota 23)	-	-	50.262	-	-	-	50.262
Outros CPC 06 (R2) / IFRS 16 (f)	-	-	14.543	-	-	-	14.543
Adições	-	-	-	-	276.293	-	276.293
Baixas (d)	(964)	(2.916)	(3.687)	-	-	-	(7.567)
Transferências (e)	10.730	175.585	18.846	2.902	(310.712)	-	(102.649)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	291.928	1.088.812	3.230.787	16.581	142.038	5.186	4.775.332

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Terrenos, edifícios e benfeitorias</u>	<u>Máquinas, equipamentos, instalações e veículos</u>	<u>Locomotivas e vagões</u>	<u>Via permanente</u>	<u>Imobilizado em andamento (a)</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Valor de depreciação							
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(32.278)	(262.550)	(598.972)	(2.248)	-	(2.083)	(898.131)
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(27.002)	(3.810)	-	-	-	(30.812)
Adições	(2.662)	(77.691)	(95.884)	(566)	-	-	(176.803)
Baixas	239	2.271	788	-	-	-	3.298
Transferências (e)	-	67.278	-	-	-	-	67.278
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(34.701)	(297.694)	(697.878)	(2.814)	-	(2.083)	(1.035.170)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020	249.884	631.046	2.547.819	11.431	176.457	3.103	3.619.740
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021	257.227	791.118	2.532.909	13.767	142.038	3.103	3.740.162

A Companhia não concedeu bens em penhora como garantia do juízo, em atendimento às suas execuções judiciais.

- O imobilizado em andamento está substancialmente representado por gastos relacionados à construção de oficinas e pátios, manutenção de via permanente, aquisição, recuperação, modernização de vagões, construção de oficina e postos de abastecimento, obras nos postos, oficinas e pátios.
- Em 31 de dezembro de 2021, os direitos de uso de arrendamento registrados em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 e referentes a locomotivas, vagões e terminais montam respectivamente a R\$ 65.941, R\$ 112.486 e R\$ 116.952 (2020 - R\$ 51.398, R\$ 62.002 e R\$ 96.499).
- No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, refere-se a baixa dos contratos de material rodante mantidos com as controladas FCA e FNS (Nota 23).
- No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 substancialmente representado pelos efeitos de baixa de ativos referentes a venda de material rodante realizada em dezembro de 2020 da VMM para a FNS e embasada em valor justo de mercado (Notas 9 e 16).
- As transferências são substancialmente originadas no momento da capitalização dos ativos, derivando de análises que visam respeitar a distinção entre ativos próprios e da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, contemplam também os ativos rodoviários que montam em R\$ 74.003 e que foram transferidos do imobilizado para ativos não circulantes mantidos para venda (Nota 17.1).
- Ajustes referentes à contrato de arrendamento de locomotivas (MRC 27) dividido com a controlada FCA e cuja assunção se dará em 2026. Os efeitos não têm impacto de caixa nem no resultado do período, tendo contrapartida em investimentos e em arrendamentos.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17.1 – Ativos não circulantes mantidos para venda

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração aprovou a venda da frota rodoviária adquirida em 2019 e, portanto, os respectivos ativos foram transferidos do imobilizado (Nota 17), sendo apresentados ao final do exercício como ativos não circulantes mantidos para venda. A aprovação de venda não terá impacto nas operações rodoviárias da Companhia, uma vez que seus empreendimentos adjacentes permitem escalonar o modelo sem a necessidade de utilização de ativos próprios.

Parte da frota localizada no sudeste do Brasil já teve sua alienação concretizada, tendo sido os ganhos reconhecidos no exercício de 2021. É esperado que a frota localizada no norte do Brasil tenha sua venda concretizada nos próximos 12 meses, não sendo esperadas reduções no seu valor de custo, uma vez que o valor de mercado dos ativos (embasados na tabela FIPE) é superior ao seu valor líquido remanescente.

	<u>31/12/2021</u>
Ativos não circulantes mantidos para venda transferidos de tributos a recuperar	7.717
Ativos não circulantes mantidos para venda transferidos do imobilizado	74.003
(-) Saldos alienados em 2021	<u>(26.443)</u>
	<u>55.277</u>

A análise do resultado dos ativos mantidos para venda está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2021</u>
Receitas	61.363
Custo de baixa dos ativos	(23.754)
Custo de baixa de tributos a recuperar	<u>(2.689)</u>
	<u>34.920</u>

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 - Intangível

	Direitos de uso (a)	Benfeitorias em bens arrendados (b)	Intangível em andamento (c)	Outros (d)	Total
Valor de custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.163.100	253.971	69.030	16.017	3.502.118
Adições	-	-	640.000	-	640.000
Baixas	-	(327)	-	-	(327)
Transferências (e)	633.378	54.689	(642.899)	-	45.168
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.796.478	308.333	66.131	16.017	4.186.959
Valor de amortização					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(3.163.100)	(63.062)	-	(1.818)	(3.227.980)
Adições	(632.618)	(20.705)	-	(909)	(654.232)
Transferências (e)	-	(1.160)	-	-	(1.160)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(3.795.718)	(84.927)	-	(2.727)	(3.883.372)
Valor de custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.796.478	308.333	66.131	16.017	4.186.959
Adições	109.973	-	640.041	-	750.014
Baixas	-	(45)	-	-	(45)
Provisão para baixa de estoques	-	-	(4)	-	(4)
Transferências (e)	630.290	24.948	(693.869)	-	(38.631)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.536.741	333.236	12.299	16.017	4.898.293
Valor de amortização					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(3.795.718)	(84.927)	-	(2.727)	(3.883.372)
Adições	(741.023)	(26.918)	-	-	(767.941)
Baixas	-	15	-	-	15
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(4.536.741)	(111.830)	-	(2.727)	(4.651.298)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020	760	223.406	66.131	13.290	303.587
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021	-	221.406	12.299	13.290	246.995

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Direitos de uso são compostos por:

- (i) Contrato celebrado entre Vale S.A. e VLI Multimodal S.A. - A Companhia adquiriu da Vale S.A. o direito de opção de reservar a capacidade produtiva das ferrovias - Estrada de Ferro Carajás e Estrada de Ferro Vitória - Minas ("EFC" e "EFVM" respectivamente), destinada à prestação de serviços de transportes de carga geral, objeto da concessão conferida a Vale S.A.

A opção do direito de reserva de capacidade é calculada com base nos ativos destinados à prestação dos serviços de transporte ferroviários de carga geral para as quais a Vale S.A. reservou a capacidade de transporte. A vigência deste direito contratual está vinculada à concessão ferroviária celebrada entre a Vale S.A. e a União Federal.

O prazo de amortização dos direitos foi limitado ao período de vigência do contrato de opção de reserva de capacidade, expirando a cada ano corrente. A referida opção foi efetuada em base anual sendo renovável pelo mesmo período.

O Direito a reserva de capacidade será aplicado para um período anual, iniciando-se no dia 01 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do respectivo ano e será renovado automaticamente.

O contrato se enquadra dentro das operações da Companhia e não se refere à operação com expectativa de ganho financeiro ou especulativo.

- (ii) Contrato celebrado entre Ferrovia Centro Atlântica S.A. e VLI Multimodal S.A. - O exercício da opção da Reserva de Capacidade celebrado com a Ferrovia Centro Atlântica S.A. garante a Companhia a capacidade dos serviços, podendo ser negociada, na qualidade de operador de transporte multimodal (OTM), com clientes e terceiros interessados, desde que sua atuação comercial esteja pautada de acordo com as normas da Concessão da Malha Centro-Leste.

Será devido a FCA, o valor de R\$ 111.187 anuais, calculados com base na remuneração de seus ativos, proporcionais aos volumes transportados no corredor centro-leste. Sua remuneração será apurada até o dia 15 de janeiro de cada ano e será reajustada anualmente pelo índice geral de preços médios (IGP-M). A vigência deste direito contratual está vinculada à concessão ferroviária celebrada entre a FCA e a União Federal.

O prazo de amortização dos direitos foi limitado ao período de vigência do contrato de opção de reserva de capacidade. A referida opção foi efetuada em base anual sendo renovável pelo mesmo período.

O Direito a reserva de capacidade será aplicado para um período anual, iniciando-se no dia 01 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do respectivo ano e será renovado automaticamente.

- (iii) Aquisição dos direitos contratuais de propriedade da Log in Intermodal S.A. - Direito contratual adquirido para execução dos transportes multimodais de cargas contêinerização na malha Centro Oeste, objeto de concessão conferida a FCA. O contrato foi reconhecido pelo custo de aquisição e será amortizado pelo período do contrato de concessão, celebrado entre a FCA e a União Federal.
- (iv) Direitos de exclusividade da Vale S.A. - Refere-se ao direito de exclusividade intransferível da VLI Multimodal S.A. de contratar a prestação exclusiva dos serviços portuários e acessórios prestados pela Vale S.A, nos terminais, resguardada e excluída da exclusividade, tão somente, a operação portuária das cargas próprias da Vale S.A. e de suas empresas coligas e controladas.

A Vale S.A. é titular de autorização para exploração dos terminais portuários privativos de uso misto, Terminal Privativo de Uso Misto de Praia Mole (TPM), Terminal de Produtos Diversos - ("TPD") e Terminal de Granéis Líquidos - ("TGL"), todos na cidade de Vitória/ES.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Direito de Exclusividade será aplicado para um período anual, iniciando-se no dia 01 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do respectivo ano e será renovado automaticamente.

O valor a ser pago anualmente será em função dos custos efetivamente realizados pela Vale S.A. para a prestação dos serviços.

(b) As benfeitorias em propriedades arrendadas estão vinculadas ao contrato de arrendamento com a extinta RFFSA, sucedida pela União em 2007, conforme Lei 11.483/2007. O prazo de amortização das benfeitorias em instalações da via permanente arrendada foi limitado ao período de vigência do contrato de arrendamento.

(c) O intangível em andamento é resultante dos investimentos correntes e de capital, como investimentos em via permanente, a expansão de pátios e terminais, construção de oficinas, pátios e viadutos.

(d) Trata-se substancialmente da alocação do valor justo do preço de compra ("PPA") da VLILL e ocorrido em 2018. Saldos são amortizados em no prazo de 18 anos.

(e) As transferências são substancialmente originadas no momento da capitalização dos ativos, derivando de análises que visam respeitar a distinção entre ativos próprios e da concessão.

19 - Fornecedores e Contas a pagar

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
Fornecedores - terceiros (a)	105.269	122.179
Fornecedores - partes relacionadas	<u>269.544</u>	<u>205.910</u>
	374.813	328.089
Contas a pagar (b)	<u>1.957</u>	<u>981</u>
	1.957	981
	376.770	329.070

(a) Vide abertura abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Mercado interno	105.005	122.179
Mercado externo	<u>264</u>	<u>-</u>
	105.269	122.179

(b) A Companhia possui convênios com instituições financeiras, que permitem que determinados fornecedores nacionais tenham a possibilidade de ceder recebíveis da Companhia junto às instituições financeiras.

Até 31 de dezembro de 2021, todos os títulos a pagar possuíam prazos de pagamentos de até 90 dias.

Até 31 de dezembro de 2020, os títulos a pagar totalizavam R\$ 981, sendo R\$ 755 com prazo de pagamento de 360 dias, sendo o último vencimento a pagar em 2 de agosto de 2021. As demais aquisições totalizaram R\$ 226 com prazos de pagamentos de até 90 dias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 - Empréstimos, financiamentos e debêntures

	<u>Encargos financeiros</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante			
FINAME	TJLP+3% a.a. IPCA + 4,69% a IPCA + 5,27%	370.985	337.285
FINEM	TJLP + 1,81% a.a a TJLP + 5,15% a.a.	191.187	194.763
Certificado de recebíveis do agronegócio - ("CRA")	95% a 99,5% CDI	269.888	2.765
Certificado de recebíveis imobiliários - ("CRI")	TR + 9,30% a.a.	1.306	1.059
NCE	110% CDI até CDI + 1,40%	221.856	335.403
Empréstimos no exterior	USD + 2,87% a USD + 3,94%	55.976	9.034
Custo de transação	(110,30% CDI a 116,9% CDI - Swap)	(6.623)	(11.637)
		1.104.575	868.672
Debêntures	IPCA + 6,05% a.a a IPCA + 6,88% a.a. 107,1% CDI - Swap	3.306	210.029
Custo de transação		(215)	(851)
		3.091	209.178
Total circulante		1.107.666	1.077.850
Não circulante			
FINAME	TJLP+3%aa IPCA + 4,69% a IPCA + 5,27%	653.520	997.498
FINEM	TJLP + 1,81% a.a a TJLP + 5,15% a.a.	601.999	787.150
Certificado de recebíveis do agronegócio - ("CRA")	95% a 99,5% CDI	200.000	460.000
Certificado de recebíveis imobiliários - ("CRI")	TR + 9,30% a.a.	181.193	181.193
NCE	110% CDI até CDI + 1,40%	1.000.000	1.200.000
Empréstimos no exterior	USD + 2,87% a USD + 3,94%	3.213.527	2.564.081
Custo de transação	(110,30% CDI a 116,9% CDI - Swap)	(14.748)	(19.684)
		5.835.491	6.170.238
Debêntures	IPCA + 6,05% a.a a IPCA + 6,88% a.a. 107,1% CDI - Swap	1.135.569	136.068
Custo de transação		(682)	(533)
		1.134.887	135.535
Total não circulante		6.970.378	6.305.773
		8.078.044	7.383.623

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20.1 - Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	31/12/2020	Adição				Amortização			Ajuste ao valor justo do objeto de hedge (Nota 34.2)	31/12/2021
		Principal	Juros apropriados	Correção monetária, e variação cambial	Custos de transação	Principal	Juros Pagos	Custos de transação		
FINAME	1.334.783	-	78.199	-	-	(320.449)	(68.028)	-	-	1.024.505
FINEM	981.913	-	67.810	-	-	(188.370)	(68.167)	-	-	793.186
CRA	462.765	-	18.970	-	-	-	(11.847)	-	-	469.888
CRI	182.252	-	13.291	-	-	-	(13.044)	-	-	182.499
NCE	1.535.403	-	67.892	-	-	(325.000)	(56.439)	-	-	1.221.856
Debêntures	346.097	1.000.000	14.334	27.362	-	(175.000)	(58.034)	-	(15.885)	1.138.874
Empréstimos no exterior	2.573.115	527.880	78.732	213.537	-	-	(74.063)	-	(49.698)	3.269.503
Custos de transação	(32.705)	-	-	-	(8.580)	-	-	19.018	-	(22.267)
	7.383.623	1.527.880	339.228	240.899	(8.580)	(1.008.819)	(349.622)	19.018	(65.583)	8.078.044

	31/12/2019	Adição				Amortização			Ajuste ao valor justo do objeto de hedge (Nota 34.2)	31/12/2020
		Principal	Juros apropriados	Correção monetária, e variação cambial	Custos de transação	Principal	Juros Pagos	Custos de transação		
FINAME	1.654.617	-	82.880	-	-	(320.449)	(82.265)	-	-	1.334.783
FINEM	1.030.553	-	77.224	-	-	(86.910)	(38.954)	-	-	981.913
CRA	467.563	-	12.434	-	-	-	(17.232)	-	-	462.765
CRI	181.227	-	12.651	-	-	-	(11.626)	-	-	182.252
NCE	705.875	825.000	51.962	-	-	-	(47.434)	-	-	1.535.403
Debêntures	623.923	-	31.648	10.571	-	(232.358)	(91.658)	-	3.971	346.097
Empréstimos no exterior	1.950.661	-	73.254	559.036	-	-	(76.607)	-	66.771	2.573.115
Custos de transação	(32.691)	-	-	-	(11.644)	-	-	11.630	-	(32.705)
	6.581.728	825.000	342.053	569.607	(11.644)	(639.717)	(365.776)	11.630	70.742	7.383.623

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa	Em 31 de dezembro de 2021		
	Nota de empréstimos	Demonstração dos fluxos de caixa	Diferença
Captação de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras	1.527.880	1.519.300	-
Custos de transação expurgados da demonstração dos fluxos de caixa	(8.580)		-
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	(1.008.819)	(1.008.819)	-
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(349.622)	(349.622)	-

Reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa	Em 31 de dezembro de 2020		
	Nota de empréstimos	Demonstração dos fluxos de caixa	Diferença
Captação de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras	825.000	813.356	-
Custos de transação expurgados da demonstração dos fluxos de caixa	(11.644)		-
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	(639.717)	(639.717)	-
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(365.776)	(365.776)	-

20.2 - Parcelas de longo prazo dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	31/12/2021	31/12/2020
De um a dois anos	2.120.896	1.149.233
De dois a três anos	2.267.108	1.878.616
De três a quatro anos	836.848	2.174.838
De quatro a cinco anos	698.321	915.998
Acima de cinco anos	1.047.205	187.088
	6.970.378	6.305.773

20.3 - Garantias

A Companhia concedeu garantias para parte de seus financiamentos, conforme indicado no quadro abaixo:

	31/12/2021	Garantias
VLI Multimodal		
FINAME ano 2012	14.097	Fiança bancária
FINAME anos 2013 a 2018	1.670.326	Alienação fiduciária de material rodante (i)
FINEM	769.105	Cessão fiduciária de direitos creditórios e alienação fiduciária de material rodante (i)
	2.453.528	

(i) Saldos das garantias de alienação fiduciária atreladas as captações, em 31 de dezembro de 2021.

As garantias cobrem a totalidade dos saldos remanescentes dos financiamentos listados acima.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Avais e fianças

A VLI S.A. é avalista de parte significativa do endividamento da Companhia.

No contexto das companhias pertencentes ao Grupo, as cartas fianças contratadas junto às instituições financeiras estão relacionadas aos processos judiciais cíveis, fiscais, trabalhistas e tributárias, além de contratos comerciais e de empréstimos e financiamentos e montam, no Grupo e na Companhia a R\$ 14.097 (2020 – R\$ 27.110).

A Companhia não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis. A Companhia não tem contas a receber de clientes e ativos de contrato para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

20.4 - Covenants

A Companhia possui em alguns contratos de dívidas com cláusulas não financeiras e os seguintes *covenants* financeiros com obrigação de medição anual apurados através das demonstrações financeiras consolidadas da VLI S.A.:

- dívida líquida / EBITDA (LAJIDA – Lucro antes do resultado financeiro, depreciação e amortização e outras despesas e receitas não operacionais) e;
- patrimônio líquido / ativo total.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia atendeu a todos os *covenants* financeiros e não financeiros.

21 - Tributos a recolher e tributos a recolher sobre o lucro

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Tributos a recolher		
ICMS	10.703	19.215
Imposto de renda retido na fonte	5.597	3.544
PIS e COFINS	6.016	1.409
ISS	8.029	7.510
Outros	63	-
	<u>30.408</u>	<u>31.678</u>
Tributos a recolher sobre o lucro		
Imposto de renda e contribuição social	4.695	105.886
	<u>4.695</u>	<u>105.886</u>
	<u>35.103</u>	<u>137.564</u>

22 - Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Salários e encargos	12.132	5.082
Provisão para férias e 13º salário	18.046	17.239
Benefícios trabalhistas	-	699
Participação nos resultados	53.631	43.934
Outros	193	202
	<u>84.002</u>	<u>67.156</u>

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 - Arrendamento

	31/12/2020	Pagamentos	Juros apropriados	Atualizações monetárias	Adições	Outros (Nota 17(f))	31/12/2021
Vagões	50.481	(22.164)	4.488	4.032	50.262	-	87.099
Terminais	97.444	(29.758)	3.240	22.547	-	-	93.473
Locomotivas	34.675	-	-	-	-	6.021	40.696
	182.600	(51.922)	7.728	26.579	50.262	6.021	221.268
Circulante	19.204						40.988
Não circulante	163.396						180.280

	31/12/2019	Pagamentos	Juros apropriados	Atualizações monetárias	Adições	Baixas (j)	Outros (Nota 17(f))	31/12/2020
Vagões	561.008	(118.965)	50.251	39.104	27.110	(507.902)	(125)	50.481
Terminais	-	(13.874)	1.834	-	109.484	-	-	97.444
Locomotivas	196.063	(29.413)	13.398	11.238	-	(149.081)	(7.530)	34.675
	757.071	(162.252)	65.483	50.342	136.594	(656.983)	(7.655)	182.600
Circulante	31.220							19.204
Não circulante	725.851							163.396

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, refere-se as obrigações por arrendamento de locomotivas, terminais e vagões, que foram registradas em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os contratos de arrendamento de vagões e locomotivas mantidos com as controladas FCA e FNS e com expiração original em 2027 foram voluntariamente encerrados pela Companhia. A extinção voluntária não acarretou multas. Os efeitos da baixa de arrendamento foram:

Baixa ativo de arredamento (Nota 17) – (R\$ 607.307)

Baixo do passivo de arrendamento – R\$ 656.983

Efeito líquido de baixa ao resultado – R\$ 49.676

Baixa dos resultados não realizados – investimentos (Nota 16) (R\$ 49.676)

Abaixo segue a mensuração dos efeitos no resultado de contratos que não estão incluídos no passivo de arrendamento:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Arrendamentos de curto prazo	421	2.224
Pagamentos variáveis não reconhecidos nos arrendamentos	4.925	1.811
Ativos de baixo valor	3.009	2.327
Ativos nos quais não se qualifica controle	10.384	9.639
	<u>18.739</u>	<u>16.001</u>

23.1 – Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar

Segue quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamentos previstos para pagamento.

	<u>31/12/2021</u>	<u>Direito potencial</u>
	<u>Valor presente</u>	<u>Fluxo de caixa nominal</u>
Contraprestação de arrendamento	20.467	26.067

	<u>31/12/2020</u>	<u>Direito potencial</u>
	<u>Valor presente</u>	<u>Fluxo de caixa nominal</u>
Contraprestação de arrendamento	16.891	29.053

23.2 - Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados

Em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, na mensuração do passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica do fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada, conforme exigência das normas.

Em atendimento ao Ofício-circular 02/2019 da CVM e dada a realidade atual das taxas de juros no ambiente econômico brasileiro, o quadro a seguir apresenta os saldos comparativos entre as informações registradas em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 e os valores que se teriam registrados, fossem consideradas as inflações projetadas.

As variações discriminadas são fruto não somente da inserção nos fluxos de caixa dos efeitos de inflação previstos, bem como os efeitos de desconto dos fluxos de caixa pelas taxas incrementais listadas na Nota 2(d).

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Em 31 de dezembro de 2021		
	Saldo conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	Variação - %
Passivo de arrendamento	221.268	217.827	(1,6%)
Direito de uso	295.377	263.973	(10,6%)
Despesas financeiras (bruta)	(7.728)	(7.449)	(3,6%)
Depreciação (bruta)	(30.812)	(27.977)	(9,2%)

	Em 31 de dezembro de 2020		
	Saldo conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	Variação - %
Passivo de arrendamento	182.600	196.254	7,5%
Direito de uso	209.899	222.307	5,9%
Despesas financeiras (bruta)	(65.483)	(68.831)	5,1%
Depreciação (bruta)	(106.193)	(104.438)	(1,7%)

23.3 - Compromissos futuros de arrendamento

Os compromissos futuros de arrendamento já existentes em 31 de dezembro de 2021, mas não registrados nos balanços montam a:

	Fluxo de caixa real	Fluxo de caixa nominal
Locomotivas – dezembro de 2025	55.168	59.376

24 - Dividendos propostos

Os dividendos foram constituídos conforme previsto no estatuto social da Companhia, que definiu uma remuneração mínima de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

As propostas da administração para distribuição dos resultados dos exercícios foram a seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado – Nota 5)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício (i)	(194.163)	3.860
Reserva legal - 5%	-	(193)
Base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório	-	3.667
Dividendo mínimo obrigatório - 25% (i)	-	917
Dividendos 2015/2016 – ainda não pagos (previsão de pagamento posterior a 2022)	100.267	100.267
Dividendos mínimos propostos a pagar	100.267	101.184

(i) Em 31 de dezembro de 2020, distribuição mínima estipulada com base nos valores originalmente divulgados (Nota 5).

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 - Adiantamentos para futuro aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2021, não existem adiantamentos par futuro aumento de capital.

Em 31 de dezembro de 2020 saldos montam em R\$ 260.000 e foram concedidos em caráter irrevogável e sem vencimento específico, sendo capitalizados à medida que são aprovados em assembleia geral dos acionistas. A quantidade de ações emitidas em decorrência da capitalização dos AFACs é determinada no momento da aprovação do aumento de capital pelos acionistas, não sendo, portanto, fixadas no momento da concessão dos mesmos. Estes valores foram tratados como instrumento financeiro.

26 - Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 8.238.854, representado por 380.101.007.254 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

<u>Acionistas</u>	<u>Capital social em R\$</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Participação %</u>
VLI S.A.	<u>8.238.854.486,76</u>	<u>380.101.007.254</u>	<u>100,0%</u>
	<u>8.238.854.486,76</u>	<u>380.101.007.254</u>	<u>100,0%</u>

(b) Ajustes de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2021, os ajustes de avaliação patrimonial referem-se substancialmente a:

- perdas atuariais no montante de (R\$ 31.781) (2020 – (R\$ 32.034)) e resultantes da variação no valor presente das obrigações de benefício definido da Controlada Ultrafertil, em razão de mudanças no equilíbrio do plano de previdência complementar;
- efeitos do registro da opção de compra de ações no montante de (R\$ 20.619), exercidas pela VLI Multimodal S.A. em 2012 e referentes ao contrato de opção de compra e venda de ações firmado em 2000 pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia e a VLI Multimodal S.A., com interveniência da Vale S.A, saldo este ajustado em 2017 pelo montante de (R\$ 6.908) em decorrência do percentual de direito da VLI Multimodal S.A. sobre os dividendos do ano de 2012 e pagos ao minoritário na Ultrafertil S.A.
- (R\$ 729) (2020 – (R\$ 729)) referente aos efeitos de diluição da controlada Ultrafertil por conta dos aumentos de capital ocorridos nos exercícios.

(c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de expansão é destinada a cobrir o orçamento de capital tendo sido constituída com a finalidade de financiar os investimentos da Companhia.

A reserva de incentivos fiscais refere-se aos benefícios concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste até dezembro de 2024.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Prejuízo básico e diluído por ação

O prejuízo básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no exercício. Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do prejuízo por ação.

	<u>31/12/2021</u>
Cálculo da média ponderada das ações	
Prejuízo líquido do exercício (380.101.007.253 x 12/12)	(194.163) <u>380.101.007.253</u>
Prejuízo líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$	<u>(0,00051)</u>
	31/12/2020 (Reapresentado - Nota 5)
Cálculo da média ponderada das ações	
Prejuízo líquido do exercício (380.101.007.253 x 12/12)	(95.041) <u>380.101.007.253</u>
Prejuízo líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$	<u>(0,00025)</u>

27 - Receitas líquida dos serviços prestados

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita Bruta		
Receitas de transporte ferroviário e serviços acessórios	2.505.736	2.090.301
Receita de aluguel de locomotivas e terminais	98.653	98.516
Receitas de serviços portuários	953.726	814.584
Receita de transporte rodoviário	132.846	120.731
	<u>3.690.961</u>	<u>3.124.132</u>
Descontos		
Descontos concedidos	(2.511)	(2.741)
	<u>(2.511)</u>	<u>(2.741)</u>
Impostos sobre serviços		
ISS	(48.167)	(41.991)
ICMS	(190.913)	(151.658)
PIS	(40.838)	(32.112)
COFINS	(188.285)	(147.925)
	<u>(468.203)</u>	<u>(373.686)</u>
Receita líquida dos serviços prestados	<u>3.220.247</u>	<u>2.747.705</u>

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 - Custo dos serviços prestados

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pessoal	(158.490)	(142.825)
Material	(47.112)	(33.174)
Combustíveis	(54.915)	(54.584)
Serviços contratados	(243.598)	(208.728)
Partilha de frete	-	620
Serviços transportes ferroviários / portuários	(1.452.977)	(1.313.746)
Depreciação e amortização (ii)	(941.878)	(861.094)
Tributos e taxas	(4.332)	(4.578)
Aluguéis	(18.739)	(19.680)
Seguros	(11.398)	(12.627)
Utilities	(7.379)	(8.352)
Viagens	(1.734)	(2.006)
Outros	(318)	(6.145)
	<u>(2.942.870)</u>	<u>(2.666.919)</u>

(i) Contempla R\$ 30.812 (2020 – R\$ 109.478) referentes a depreciação e amortização dos direitos de uso de arrendamento e que foram registrados em linha com CPC 06 (R2) / IFRS 16, líquidos de R\$ 3.751 (2020 – R\$ 10.688) fruto da parcela do PIS e COFINS reconhecido no exercício e em linha com as instruções emanadas pela CVM através do Ofício-circular 02/2019.

29 - Receitas (despesas) operacionais

(a) Despesas com vendas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pessoal	(11.883)	(11.580)
Material	(18)	(20)
Serviços contratados	(2.346)	(2.065)
Aluguéis	-	(4)
Utilities	-	(1)
Viagens	(189)	(197)
Outros	(187)	(67)
	<u>(14.623)</u>	<u>(13.934)</u>

(b) Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pessoal	(127.874)	(116.716)
Material	(133)	(713)
Combustíveis	(84)	(47)
Serviços contratados	(32.891)	(31.757)
Compartilhamento de gastos (i)	(29.716)	(14.155)
Depreciação e amortização	(29.928)	(26.190)
Tributos e taxas	(981)	(1.465)
Aluguéis	(1.290)	(759)
Utilities	(52)	(74)
Viagens	(1.043)	(904)
Outros	(5.052)	(6.226)
	<u>(229.044)</u>	<u>(199.006)</u>

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Em 30 de dezembro 2011, considerando que a Companhia é controlada direta da VLI S.A. foi celebrado entre as partes um acordo de cooperação para compartilhamento de custos para a realização de atividades administrativas nas áreas comercial, financeira e planejamento, administrativa, gestão integrada, jurídica, regulatório, comunicação e RH.

O critério para o compartilhamento de tais custos e despesas é determinado em virtude da especificidade de cada uma das áreas envolvidas, levando-se em consideração (i) a natureza e os custos das atividades desenvolvidas pelas áreas compartilhadas ou (ii) a proporção da Companhia no somatório das receitas entre ele e sua controladora. O prazo de vigência do referido acordo é até 2027.

(c) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado - Nota 5)
Outras receitas operacionais		
Venda de materiais	10.360	33.587
Venda de ativos (ii)	62.212	726.383
Compartilhamento de despesas (Nota 29 (b) (i))	102.077	102.537
Recuperação de despesas (iii)	145.285	12.664
<i>Take or pay</i> (i)	51.615	91.630
Indenizações de clientes	158	696
Receita direito acesso	9.284	9.284
Aluguéis	427	1.003
Outras	4.516	31.745
	<u>385.934</u>	<u>1.009.529</u>
Outras despesas operacionais		
Tributárias	(12.269)	(30.472)
Baixa de ativos (ii)	(28.053)	(525.278)
Custo com venda de materiais	(920)	(2.041)
Perda de recebíveis	(14.057)	(6.312)
Pesquisa e desenvolvimento	(5.200)	(13.047)
Provisão para desvalorização de estoque	(5.151)	(1.763)
Provisão para processos judiciais	(28.543)	(2.762)
Indenizações	(18.861)	(23.870)
Outras	(12.891)	(1.732)
	<u>(125.945)</u>	<u>(607.277)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>259.989</u>	<u>402.252</u>

- (i) Conforme cláusulas de penalidades se ocorrer descumprimentos nos quantitativos de volumes, constantes do contrato de transporte ferroviário de cargas, as partes envolvidas estarão sujeitas ao pagamento de bônus e multas compensatórias (*Take or Pay*).
- (ii) No exercício findo em 2021, substancialmente referente aos efeitos de alienação da frota rodoviária (Nota 17.1). No exercício findo em 2020, refere-se substancialmente aos efeitos de alienação de material rodante à FNS (Notas 9, 17 e 18).
- (iii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, contempla R\$ 42.963 de créditos referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30 - Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado – Nota 5)
Receitas financeiras		
Aplicação mercado financeiro	46.271	34.540
Juros, taxa e multas de mora	2.150	2.982
Instrumentos financeiros derivativos - instrumentos de <i>hedge</i> - realizados (i)	-	13.700
Instrumentos financeiros derivativos - instrumentos de <i>hedge</i> (i)	112.346	675.475
Marcação a valor justo - objeto de <i>hedge</i> (i)	65.583	-
Reversão de perdas por redução ao valor recuperável (Nota 7)	259	1.350
Juros sobre provisão de contingências	2.770	-
Outras	3.465	207
	232.844	728.254
Despesas financeiras		
Despesas com IOF	(539)	(494)
Despesas com seguro garantia	(311)	(29)
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos (i)	(339.261)	(342.053)
Encargos com custo de transação de empréstimos e financiamentos	(19.018)	(11.630)
Encargos por atraso	(7.209)	(1.156)
Imposto de renda sobre juros no exterior	(10.139)	(9.986)
Despesas com PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(3.588)	(2.264)
Despesas com comissão de fiança	(238)	(636)
Juros, taxas e multas	(176)	(301)
Instrumentos financeiros derivativos - instrumentos de <i>hedge</i> – realizados (i)	(2.063)	-
Despesas financeiras - contratos de arrendamento (iii)	(6.676)	(60.030)
Marcação a valor justo - objeto de <i>hedge</i> (i)	-	(70.742)
Ajuste a valor presente	(337)	(20)
Juros sobre provisão de contingências	-	(2.531)
Outras	(58)	-
	(389.613)	(501.872)
Ganhos (perdas) com variação monetária e cambial (i)(ii)	(224.316)	(557.524)
Resultado financeiro	(381.085)	(331.142)

- (i) O resultado líquido da operação de *hedge accounting* de valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi uma perda de R\$ 120.851, composto por despesas de variação cambial de R\$ 213.537, receitas de marcação a mercado do objeto de *hedge* de R\$ 65.583, despesas de juros de R\$ 83.178 e receitas líquidas dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 110.283.
- (ii) O resultado líquido da operação de *hedge accounting* de valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi uma perda de R\$ 23.521, composto por despesas de variação cambial de R\$ 559.036, despesas de marcação a mercado do objeto de *hedge* de R\$ 70.742, despesas de juros de R\$ 82.918 e receitas líquidas dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 689.175.
- (iii) Representado pelos efeitos do custo financeiro dos arrendamentos e que foram registrados em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Nota 23), líquidos de R\$ 1.052 (2020 – R\$ 4.321) fruto da parcela do PIS e COFINS reconhecido no exercício e em linha com as instruções emanadas pela CVM.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Tributos diferidos sobre lucro

A Companhia efetua o reconhecimento do imposto diferido baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que forem consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros.

Composição dos tributos diferidos ativos:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado – Nota 5)	01/01/2020 (Reapresentado – Nota 5)
Imposto de renda e contribuição social			
Perdas por redução ao valor recuperável	12.399	6.744	4.568
Provisão para processos judiciais	25.900	19.472	18.091
Ajuste a valor presente	4.944	5.190	5.194
Resultados não realizados – vendas <i>intercompany</i>	60.580	63.189	-
Instrumentos financeiros derivativos – <i>swap</i> – instrumentos de <i>hedge</i> (Nota 34.2)	-	-	715
Ajuste valor justo – objeto de <i>hedge</i> (Nota 34.2)	6.368	28.666	4.614
Arrendamentos CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	-	5.006
Participação nos resultados	18.234	14.937	15.473
Outras	-	2.052	3.547
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido	<u>373.151</u>	<u>396.896</u>	<u>82.409</u>
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	<u>501.576</u>	<u>537.146</u>	<u>139.617</u>

A Companhia possui saldos de impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal (imposto de renda) e base de cálculo negativa (contribuição social). A Companhia possui expectativa de rentabilidade futura, com base em orçamento e plano de negócio aprovado pela Administração, de forma a substanciar a recuperabilidade deste ativo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não reconheceu ativos de impostos com relação a prejuízo fiscal sobre imposto de renda e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 50.735 (2020 - R\$ 29.567), dada a não expectativa de recuperabilidade no prazo de 10 anos. Estes saldos poderão ser registrados e compensados com lucro tributável futuro.

A expectativa de realização dos créditos ocorrerá da seguinte forma:

Ano	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado – Nota 5)	01/01/2020 (Reapresentado – Nota 5)
2020	-	-	17.164
2021	-	27.950	4.079
2022	28.409	5.170	13.930
2023	82.310	49.092	36.772
2024	104.971	41.068	47.809
2025	78.480	101.509	12.930
2026	89.583	34.561	3.387
2027	79.992	39.946	2.387
2028	10.175	49.904	1.155
2029	10.175	65.392	-
2030	10.175	77.120	-
2031 em diante	<u>7.306</u>	<u>45.434</u>	<u>-</u>
	<u>501.576</u>	<u>537.146</u>	<u>139.617</u>

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição dos tributos diferidos passivos:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Arrendamentos CPC 06 (R2) / IFRS 16	(7.105)	(7.558)
Imposto devido sobre a realização do ganho de compra vantajosa	(4.480)	(6.214)
Instrumentos financeiros derivativos – <i>swap</i> – instrumentos de <i>hedge</i> (Nota 34.2)	(195.073)	(228.948)
Outros	(1.060)	(4.716)
Débitos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	<u>(207.718)</u>	<u>(247.436)</u>
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado – Nota 5)
Créditos (débitos) fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos, líquidos	<u>293.858</u>	<u>289.710</u>
		<u>01/01/2020</u> (Reapresentado – Nota 5)
		<u>131.669</u>

A expectativa de realização dos débitos ocorrerá da seguinte forma:

Ano	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
2021	-	(2.127)
2022	(2.127)	(2.127)
2023	(103.076)	(120.608)
2024	(85.473)	(98.325)
2025	(12.670)	(16.023)
2026	(393)	(1.731)
2027	(393)	(1.706)
2028	(393)	(1.678)
2029	(1.929)	(1.647)
2030	(1.264)	(678)
2031 em diante	-	(786)
	<u>(207.718)</u>	<u>(247.436)</u>

Movimentação dos créditos diferidos:

	<u>01/01/2020</u> (Reapresentado – Nota 5)	<u>Efeito no resultado</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado – Nota 5)	<u>Efeito no resultado</u>	<u>31/12/2021</u>
Perdas por redução ao valor recuperável	4.568	2.176	6.744	5.655	12.399
Provisão para processos judiciais	18.091	1.381	19.472	6.428	25.900
Ajuste a valor presente	5.194	(4)	5.190	(246)	4.944
Arrendamentos CPC 06 (R2) / IFRS 16	5.006	(12.564)	(7.558)	453	(7.105)
Resultados não realizados – vendas <i>intercompany</i>	-	63.189	63.189	(2.609)	60.580
Ajuste valor justo – objeto de <i>hedge</i>	4.614	24.052	28.666	(22.298)	6.368
Instrumentos financeiros derivativos – <i>swap</i> – instrumentos de <i>hedge</i>	715	(229.663)	(228.948)	33.875	(195.073)
Participação nos resultados	15.473	(536)	14.937	3.297	18.234
Outras	3.547	(6.211)	(2.664)	1.605	(1.060)
Imposto devido sobre a realização do ganho de compra vantajosa	(7.948)	1.734	(6.214)	1.734	(4.480)
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido	82.409	314.487	396.896	(23.746)	373.151
	<u>131.669</u>	<u>158.041</u>	<u>289.710</u>	<u>4.147</u>	<u>293.858</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado - Nota 5)
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(161.434)	(146.330)
Imposto de renda e contribuição social correntes - alíquota - 34%	54.888	49.753
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:		
Programa de alimentação do trabalhador (PAT), Lei Rouanet e outros	718	972
Multas não dedutíveis	-	(6)
Despesas não dedutíveis	(157)	(177)
Resultado não realizado no grupo - CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(11.013)
Perdas de recebíveis não cobráveis	(4.779)	(2.146)
Custos com baixa de ativos	(1.463)	(2.937)
Diferença de bases imposto de renda e contribuição social (ILP)	836	584
Equivalência patrimonial	(31.911)	45.450
Prejuízo fiscal (imposto de renda) e base de cálculo negativa (contribuição social) para os quais nenhum imposto diferido foi reconhecido (Nota 31(a))	(50.735)	(29.567)
Outras	(573)	376
	(87.617)	1.536
Tributos sobre o lucro	(32.729)	51.289
Alíquota efetiva	20,27%	(35,05%)

(i) A Companhia optou por migrar do regime de tributação anual para o trimestral no 4º trimestre de 2020, tendo sido o mesmo mantido ao longo do exercício de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, os efeitos fiscais relativo aos efeitos de remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego (Nota 26(b)), reflexos da controlada Ultrafértil e relativos aos outros resultados abrangentes montam em (R\$ 253) (2020 – R\$ 700).

32 - Informação por segmento de negócios

As informações reportadas ao Conselho de Administração (principal tomador de decisões relevantes do Grupo) para alocar recursos e avaliar o desempenho dos segmentos se concentram nas estruturas das operações de concessões ferroviárias, concessão de portos e multimodalidade, sendo que a Companhia possui exposição somente ao segmento de multimodalidade.

33 - Benefícios a empregados

33.1 - Incentivos de longo prazo

Os programas de incentivo de longo prazo das empresas FNS, FCA, VLI, Ultrafértil e VLI Multimodal S.A. tem como principal premissa aumentar a capacidade de atração e retenção dos seus executivos. A duração do programa (ciclo) é de três anos, sendo que o último se iniciou em 1º de abril de 2021, podendo ser estendido por mais três anos, se o executivo optar por aguardar pela valorização do Grupo neste exercício. Os programas vigentes atualmente no Grupo são:

Matching: é um programa facultativo que tem como premissa estimular o comprometimento dos executivos com a estratégia do Grupo, alinhando os interesses e criando valor para o negócio. Em linhas gerais, o programa é baseado na aquisição de “ações virtuais” a partir do investimento do executivo e na contrapartida (*matching*) do Grupo com base na opção de adesão ao programa. O prêmio é resultante da valorização (*spread*) das “ações virtuais” adquiridas pelo empregado e da contrapartida do Grupo, ambos são calculados com base no preço de concessão da ação virtual versus o preço de resgate após o *vesting*. A duração é de 6 anos a partir da outorga que ocorre anualmente, sendo que o resgate é integral após o cumprimento do *vesting* de 3 anos e até o termo no 6º ano.

Phantom: é um programa compulsório e sem necessidade de investimento por parte do executivo, que tem como premissa remunerar de acordo com o crescimento do Grupo. Em linhas gerais, o programa é baseado na concessão de opções de “ações virtuais” condicionado à metodologia *expected growth* (expectativa de crescimento). O prêmio é resultante da valorização (*spread*) das opções de “ações virtuais” entre o preço de concessão versus o preço de resgate após o vesting. Caso não exista valorização, não haverá pagamento do prêmio. A duração é de 6 anos a partir da outorga que ocorre anualmente, sendo que o resgate é integral após o cumprimento do *vesting* de 3 anos e até o termo no 6º ano.

Retention: é um programa compulsório e sem necessidade de investimento por parte do executivo, que tem como premissa remunerar talentos estratégicos que contribuíram na constituição do Grupo. Em linhas gerais, o programa é baseado na concessão de “ações virtuais” sendo que o prêmio é calculado com base no preço da ação no momento do resgate após o vesting. A duração é de 3 anos a partir da outorga que ocorreu em 2019, sendo que é um aditivo ao programa outorgado em 2014. O resgate é integral após o cumprimento do *vesting* de 3 anos.

A implementação destes programas não obriga o Grupo a realizá-los nos próximos anos, ou em qualquer outro formato semelhante, ficando reservada ao Grupo a prerrogativa de analisar e decidir pela eventual implementação de premiações iguais ou semelhantes no futuro.

A valoração das UVVs se dará a partir do crescimento do plano de negócios do Grupo. A mensuração do valor da UVV se dará sempre ao final de cada ciclo contábil, considerando o exercício de validade do plano.

Em 31 de dezembro de 2021, os incentivos de longo prazo montam a R\$ 13.997 (2020 - R\$ 14.584).

33.2 - Planos de Previdência Privada

(a) Plano de Benefício

A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social (“Valia”), entidade jurídica de fins não lucrativos, instituída em 1973, tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados que participam ou venham a participar do plano. O plano oferecido (Vale Mais) tem característica de contribuição variável, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de risco (pensão por morte, aposentadoria por invalidez e auxílio doença).

Os planos foram elaborados tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da previdência complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o benefício diferido por desligamento (“*Vesting*”), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem é, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Este plano foi implementado em outubro de 2000 e para ele migraram quase todos os empregados então ativos da Companhia.

As contribuições da Companhia para o plano de benefícios da Vale Mais, são como seguem:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

(b) Contribuições

No exercício de 2021, a Companhia contribuiu para os planos de contribuição Vale Mais com montantes de R\$ 6.270 (2020 - R\$ 6.487).

A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. Não foram apuradas contribuições para formação de reservas técnicas a serem efetuadas pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(c) Reconciliações

Reconciliação do valor justo do ativo do plano	31/12/2021	31/12/2020
Valor justo do ativo do plano no final do exercício anterior	59.584	48.075
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	4.095	3.052
Fluxos de caixa – contribuição paga pela empresa	5.383	5.992
Fluxos de caixa – benefícios pagos pelo plano	(1.586)	(2.415)
Redimensionamento do valor justo do plano – rendimento de juros	(11.076)	4.880
Valor justo do ativo do plano no final do exercício	56.400	59.584
Reconciliação do benefício definido	31/12/2021	31/12/2020
Obrigação de benefício definido no final do exercício anterior	(5.882)	(5.649)
Custo do serviço corrente	(443)	(337)
Custo dos juros	(405)	(357)
Benefícios pagos pelo plano	1.586	2.415
Efeito da alteração de premissas financeiras/demográficas	37	13.098
Efeito da experiência do plano	(3.404)	(15.052)
Obrigação de benefício definido ao final do exercício	(8.511)	(5.882)
Reconciliação do valor líquido de (passivo) / ativo	31/12/2021	31/12/2020
Valor líquido do passivo de benefício definido no final do exercício anterior	53.702	42.426
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	3.247	2.358
Resultado obrigação do benefício definido – outros resultados abrangentes	(14.443)	2.926
Contribuição patrocinadora / pago pela empresa	5.383	5.992
Valor líquido do (passivo) / ativo de benefício definido ao final do exercício	47.889	53.702
Reconciliação do asset ceiling	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	53.702	42.426
Receita de juros	4.095	3.052
Mudanças no teto do ativo	(9.908)	8.224
Saldo no final do exercício	47.889	53.702

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Valor reconhecido no balanço patrimonial	31/12/2021	31/12/2020
Valor presente dos passivos atuariais	(8.511)	(5.882)
Valor justo dos ativos	56.400	59.584
Efeito do limite do <i>asset ceiling</i>	(47.889)	(53.702)
Passivo reconhecido no balanço	-	-

(d) Análise de sensibilidade

Análise de sensibilidade nas hipóteses	31/12/2021	31/12/2020
1. Taxa nominal de desconto - 1,0% - R\$ Premissa da análise	8.537,45 9%	5.979,90 5,84%
2. Taxa nominal de desconto +1,0% - R\$ Premissa da análise	8.616,37 11%	5.901,28 5,84%

Fluxos de caixa esperados para o próximo ano em R\$	31/12/2021	31/12/2020
1. Contribuição esperada a ser paga pela empresa	12.703,62	6.593,41
2. Contribuição esperada da empresa para direito reembolsável		-
3. Previsão de pagamentos de benefícios do plano		
Ano 1	1.375,33	1.242,95
Ano 2	1.318,02	1.181,78
Ano 3	1.236,63	1.091,04
Ano 4	1.155,85	1.076,69
Ano 5	1.080,47	1.030,18
Próximos 5 anos	3.964,82	3.847,41

Média ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido	31/12/2021	31/12/2020
Taxa nominal de desconto	10,31%	6,87%
Taxa nominal de crescimento salarial	6,91%	5,34%
Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,02%	3,27%
Taxa nominal de reajuste de benefícios	5,02%	3,27%

Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido	31/12/2021	31/12/2020
Taxa nominal de desconto	6,87%	6,35%
Taxa nominal de crescimento salarial	5,34%	5,43%
Taxa de inflação estimada no longo prazo	3,27%	3,36%
Taxa nominal de reajuste de benefícios	3,27%	3,36%
Tábua de mortalidade	AT-2000 Segregada por Sexo - Suav. em 10%	AT-2000 Basic – Suav. 10%
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos		
Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	20,4468	20,4468
Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos)	42,6958	42,6958

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Ativos por categoria

Planos superavitários – Valemais	31/12/2021	31/12/2020	Hierarquia
Renda fixa	41.067	43.597	Níveis 1 e 2
Renda variável	5.825	8.148	Níveis 1 e 2
Estruturado	4.281	3.894	Nível 3
Exterior	2.445	903	Nível 3
Imobiliário	1.043	1.356	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	1.744	1.690	Nível 3
Total dos investimentos	56.405	59.588	
Valores a pagar / receber	(5)	(5)	-
Total dos recursos garantidores	56.400	59.583	

34 - Instrumentos financeiros

34.1 - Gerenciamento dos riscos financeiros

A área de Tesouraria Corporativa presta serviços para empresas do Grupo, coordena o acesso aos mercados financeiros nacionais e internacionais, monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações por meio de relatórios internos que analisam as exposições por grau e importância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (incluindo o risco cambial e o risco de taxa de juros), o risco de crédito e risco de liquidez. Os riscos de mercado referente a preço e demanda são monitorados e administrados por equipes dedicadas de Inteligência Comercial (Mercado), Precificação e Suprimentos. Por sua vez, os riscos operacionais são monitorados e administrados por equipe própria de Seguros, mediante Programa de Gerenciamento de Riscos.

O Grupo busca minimizar os efeitos desses riscos usando instrumentos financeiros derivativos para proteger contra essas exposições ao risco. O uso de derivativos financeiros é regido pelas políticas do Grupo aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios escritos relacionados ao risco de câmbio, risco de taxa de juros, risco de crédito, o uso de derivativos financeiros, instrumentos financeiros não derivativos e o investimento da liquidez excedente. O cumprimento das políticas e dos limites de exposição é revisado pelos auditores internos continuamente. O Grupo não contrata ou negocia instrumentos financeiros, incluindo instrumentos financeiros derivativos, para fins especulativos.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - câmbio	Importações em andamento	Previsão de fluxos de caixa	Swaps cambiais e NDFs
	Empréstimos em moeda estrangeira	Análise de sensibilidade	
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis e aplicações financeiras	Análise de sensibilidade	Swaps de taxa de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e instrumentos financeiros derivativos,	Análise de vencimento	Diversificação das instituições financeiras
		Avaliação de crédito	Monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings de instituições financeiras e clientes</i>
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Orientações de investimento em instrumentos de dívida
	Liquidez das aplicações financeiras	Análise da carência e vencimento das aplicações financeiras	Linhas de crédito disponíveis Monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings de instituições financeiras</i>

(a) Risco de mercado

(i) Risco de preço e demanda

Considerando a natureza dos negócios e operações do Grupo, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos, bem como fatores climáticos relativos aos impactos nas safras.

O aumento dos custos de produção, de transporte e queda do preço das *commodities* transportadas podem influenciar a competitividade brasileira no mercado mundial. Da mesma forma, a variação nos fatores climáticos podem impactar negativamente o resultado de safras da agroindústria e consequentemente impactando em grande quantidade o volume de demanda dos clientes.

(ii) Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado e para tal, é política do Grupo identificar e mitigar os riscos financeiros decorrentes da contratação das operações financeiras e dos fluxos (pagamentos e recebimentos) em moeda estrangeira e, com foco na redução da volatilidade do fluxo de caixa e preservação patrimonial.

O Risco Cambial é monitorado através da análise das obrigações em moeda estrangeira (ativa e/ou passiva) registradas no Grupo, tais como captações em moeda estrangeira, importações e eventuais projeção de vendas para clientes *offshore*.

É facultada ao Grupo a possibilidade de contratar obrigações em moeda estrangeira pelo prazo de até 24 meses e limitadas ao valor individual ou agregado de USD 40 milhões. As obrigações em moeda estrangeira podem ser contratadas por qualquer empresa do Grupo, sendo certo que o somatório de todas as obrigações contratadas não poderá ultrapassar USD 40 milhões.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na avaliação de novos projetos de investimento o risco cambial e possíveis mitigadores, quando existentes, serão analisados no processo decisório de investimento

Para qualquer obrigação de prazo superior a 24 meses ou em valor individual ou agregado superior a USD 40 milhões, o Grupo deve buscar proteção junto ao mercado financeiro através de operações de *hedge accounting*.

A Companhia contrata *swaps* cambiais e de taxa de juros com termos críticos que são similares ao item protegido, como taxa de referência, datas de redefinição, datas de pagamento, vencimentos e valor de referência. A Companhia aplica *hedge accounting* de valor justo (Nota 34.2) a 100% dos empréstimos no exterior e, portanto, o item protegido é identificado como uma proporção dos empréstimos em aberto até o valor de referência dos *swaps*.

Nessas relações de *hedge*, as principais fontes de ineficácia são:

- efeito do próprio risco de crédito do Grupo e das contrapartes sobre o valor justo dos *swaps*, o que não é refletido na mudança no valor justo dos fluxos de caixa objeto de *hedge* atribuíveis à mudança nas taxas de câmbio; e
- mudanças no momento de realização das operações objeto de *hedge*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a eficácia dos *hedge* de *swap* foi de 103%.

É prática da Companhia contratar instrumentos financeiros derivativos (NDFs – *Non-deliverable forwards*) (Nota 34.2) para gerir o risco de câmbio associado às transações de importação identificadas e em andamento. Esta proteção não se qualifica como *hedge accounting* e portanto, as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em resultados financeiros.

Estas operações não possuem inefetividade, uma vez que a contratação das NDFs se dá casada com a data de liquidação dos contratos de câmbio atrelados as importações já em andamento.

Análise de sensibilidade das variações nas taxas de câmbio

A Companhia está principalmente exposto ao dólar (USD), dólar australiano (AUD), Euro (EUR) e Renminbi chinês (CNY).

A tabela a seguir descreve a sensibilidade da Companhia a uma variação de 20% e 35% em comparação a moedas estrangeiras relevantes, além do cenário provável que está embasado nas cotações cambiais futuras na data de vencimento das posições. A análise de sensibilidade inclui somente os itens monetários expressos em moeda estrangeira em circulação e ajusta sua conversão no final do exercício. A análise de sensibilidade inclui adiantamentos de importação e fornecedores.

	Saldo em 31/12/2021	Cenário provável	Variação de +/- 20%	Variação de +/- 35%
Caixa	8.726	8.835	10.471	11.779
Fornecedores	(254)	(258)	(305)	(343)
	8.472	8.577	10.166	11.436
Efeito líquido no resultado		105	1.694	2.964

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Taxas de conversão:

	USD	AUD	EUR	CNY
Exercício findo em 31/12/2021	5,5799	4,0432	6,3187	0,8783

O cenário provável utiliza taxas de câmbio das expectativas de mercado divulgadas em cada data base, para o prazo médio de vencimento das obrigações.

Na opinião da Administração, a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente porque o exercício e a exposição não refletem a exposição durante o exercício.

(iii) Riscos do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros porque aplica recursos atrelados ao CDI e tem obrigações atreladas ao (CDI, IPCA, TJLP/TLP e TR). O risco é gerido pelo Grupo mantendo um mix adequado entre empréstimos a taxas fixas e variáveis, e através do uso de contratos de *swap* de taxa de juros. As atividades de *hedge* são avaliadas regularmente para fins de alinhamento com as taxas de juros e o apetite de risco determinado, garantindo a aplicação das estratégias de custo de *hedge* mais eficazes.

O risco a indexadores é monitorado através da análise da sensibilidade sobre a receita financeira com aplicações financeiras e das despesas financeiras com endividamento contratado, mensurado trimestralmente.

A análise de sensibilidade apresenta quatro cenários, sendo um cenário real do período e três cenários adicionais.

O cálculo dos três cenários de sensibilidade deverá ser realizado aplicando os fatores simulados abaixo sobre a receita e despesas financeiras realizadas no período:

Receita financeira com aplicações (CDI):

- Cenário real: CDI corrente (final do período analisado) e Receita Financeira apurada;
- Cenário I: 90% do CDI corrente e receita financeira projetada (-10%);
- Cenário II: 80% do CDI corrente e receita financeira projetada (-20%);
- Cenário III: 65% do CDI corrente e receita financeira projetada (-35%).

Despesas financeiras com empréstimos e financiamentos (CDI, IPCA, TJLP/TLP e TR):

- Cenário real: Indexador corrente e despesa financeira apurada;
- Cenário I: 110% do indexador corrente e Despesa financeira projetada (+10%);
- Cenário II: 120% do indexador corrente e Despesa financeira projetada (+20%);
- Cenário III: 135% do CDI indexador e despesa financeira projetada (+35%).

Exceto pelas aplicações financeiras (Nota 6), mútuo (Nota 14), contas a pagar (Nota 19), empréstimos e financiamentos (Nota 20) e as obrigações de arrendamento (Nota 23), não há ativos e passivos significativos com incidência de juros.

O Grupo também possui debêntures indexadas ao IPCA (Nota 20). A captação de R\$ 120.000 realizada em setembro de 2019 teve seu indexador trocado para o CDI através da contratação de instrumento derivativo (*swap*) no momento de sua emissão. Ademais, as dívidas no exterior, além de terem seu componente de variação cambial em *swap*, também tem suas exposição de juros em LIBOR em *swap* para CDI (Nota 34.2).

Nessas relações de *hedge*, as principais fontes de ineficácia são:

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- efeito do próprio risco de crédito do Grupo e das contrapartes sobre o valor justo dos contratos de *swap*, o que não é refletido na mudança no valor justo dos fluxos de caixa objeto de *hedge* atribuíveis à mudança nas taxas de juros; e
- mudanças no momento de realização das operações objeto de *hedge*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a eficácia dos *hedge* de *swap* foi de 104%.

Análise de sensibilidade das variações nas taxas de juros

Ativos financeiros

Análise de sensibilidade elaborada sobre receita financeira gerada por investimentos, rentabilizados pelo indexador CDI.

Os cenários I, II e III foram calculados com deterioração de 10%, 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2021.

31/12/2021				
Indexador	Taxas ao final do exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	9,15%	8,24%	6,86%	4,58%

	31/12/2021	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Receita de aplicações financeiras – efeito potencial no resultado	46.271	41.644	34.703	23.135

Passivos financeiros

Análise de sensibilidade elaborada sobre empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto no final do período, com risco vinculado a indexadores pós-fixados (CDI, TJLP, IPCA e TR). Financiamentos com juros pré-fixados não fazem parte desta análise.

Os cenários I, II e III foram calculados com aumento de 10%, 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2021.

31/12/2021				
Indexador	Taxas ao final do exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III
TJLP	5,32%	5,85%	6,38%	7,18%
TR (i)	0,00%	0,10%	0,20%	0,35%
IPCA	10,07%	11,08%	12,08%	13,59%
CDI	9,15%	10,07%	10,98%	12,35%

(i) Como a TR está em 0,00%, em um cenário de estresse o Grupo considerou as taxas de 0,10%, 0,20% e 0,35%.

	31/12/2021	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Encargos Financeiros - TJLP	37.157	40.873	44.588	50.162
Encargos Financeiros - TR	8.260	9.086	9.912	11.151
Encargos Financeiros - IPCA	53.973	59.370	64.767	72.863
Encargos Financeiros - CDI	230.660	253.726	276.792	311.391

Análise de sensibilidade das variações na relação de *hedge accounting*

A análise de sensibilidade do instrumento e objeto de *hedge* levou em consideração:

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Sensibilização PTAX de 31/12 de acordo com cada cenário da sensibilidade;
- Sensibilização do cupom cambial frente aos movimentos do CDI x PRÉ em fator de 32%, uma vez constatada a correção das curvas: Isto é, a cada 10% de movimentação no Dólar temos 3,2% da variação do CDI explicada;
- Sensibilização dos vértices da curva do CDI no fator de 32% da magnitude do efeito inicial aplicado no dólar.

	Saldo em 31/12/2021	Variação de +/- 10%	Variação de +/- 20%	Variação de +/- 35%
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i> - instrumento de <i>hedge</i>	816.210	1.149.090	1.482.003	1.981.431
Empréstimos no exterior - objeto de <i>hedge</i> (i)	(3.269.503)	(3.605.004)	(3.939.847)	(4.442.112)
	(2.452.993)	(2.455.914)	(2.457.844)	(2.460.681)
Efeito líquido no resultado		(2.621)	(4.551)	(7.388)
		0,1%	0,2%	0,3%

(i) Não contém custos de transação.

(b) Risco de crédito

A fim de minimizar o risco de crédito, o Grupo adotou a política de negociar apenas com contrapartes que possuem capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

Os trabalhos de avaliação de risco de crédito comercial e concessão de limite de crédito são executados utilizando-se de processo de análise de risco de crédito e tendo como referência, sobretudo, as informações fornecidas pelos clientes, agências de proteção ao crédito e agências de *rating*.

As variáveis selecionadas como "Positivas" para a aprovação de limite de crédito são:

- O tempo de mercado da empresa solicitante de crédito e a sua reputação;
- Elevada pontualidade de pagamento e classificação de baixo risco nas principais agências de proteção ao crédito;
- Elevada classificação de risco de crédito pelas agências de *ratings*, quando disponíveis;
- Boa classificação dos principais indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade do negócio do cliente (constantes nos dados contábeis do cliente, já devidamente auditados, sempre que disponíveis);
- Disponibilidade de oferecer garantias complementares ao processo.

As variáveis selecionadas como "Negativas" para a aprovação do limite de crédito são:

- A presença de apontamentos restritivos considerados elevados, tanto em quantidade, quanto em montantes individuais. Esta verificação deverá ser feita não somente na empresa solicitante do crédito, mas também nas empresas coligadas e nos sócios ou acionistas.
- Baixa pontualidade de pagamento junto ao Grupo;
- O não atendimento dos pré-requisitos mínimos de análise de risco de crédito para as variáveis consideradas "Positivas".

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A validade do limite de crédito de cada cliente será de até 365 dias contados a partir da sua aprovação e cadastro no sistema. Entretanto, é reservado à Gerência Geral Financeira o direito de atribuir prazo de validade inferior a 365 dias, conforme classificação de risco do cliente.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral.

Ativo	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa (i)	1.912.692	752.293
Instrumentos financeiros derivativos	824.632	712.286
Contas a receber de terceiros (ii)	339.024	238.960
Contas a receber de partes relacionadas (ii)	102.165	832.430
	3.178.513	2.535.969

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida.

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido. Os limites são definidos conforme política financeira consolidada do Grupo, sendo conforme tabela abaixo:

Limite Máximo Consolidado

1. Classificação de risco para aplicações em Reais	2. Limite máximo de alocação do caixa por instituição financeira	3. Limite máximo de alocação do caixa por valor de patrimônio líquido da instituição financeira
Acima de brAA	45%	10%
Entre brAA- e brAA	30%	10%
Entre brA e brA+	20%	5%
brA-	5%	5%

- A coluna (1) tem como referências informações das agências de rating S&P, Moody's e Fitch.
 - Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.
 - A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.
- Não são permitidas as aplicações em:

- títulos pré-fixados de qualquer natureza;
- títulos de emissão de empresas estatais não-financeiras;
- renda variável, tais como ações ou fundo de ações;
- títulos de emissão de empresas privadas sem garantia de instituição financeira;
- títulos, fundos ou outros instrumentos que possam implicar em perda do principal investido.

- (ii) O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão na concessão de crédito, consistindo em análises do perfil dos clientes. Deve-se destacar que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresentam concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes com consequente minimização de perdas individuais.

Em 31 de dezembro de 2021, do saldo de contas a receber de clientes no final do exercício, R\$ 61.363 é devido pela Tora Seminovos Comércio de Veículos Ltda.. Em 31 de dezembro de 2020, R\$ 729.768 é devido pela Ferrovia Norte Sul – FNS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia constituiu perdas por redução ao valor recuperável com contas a receber no montante de R\$ 36.468 (2019 - R\$ 19.837). A metodologia adotada para constituir a estimativa de perdas para liquidação duvidosa está de acordo com o IFRS 9 citado na base de preparação e principais políticas (Nota 4(g)).

(c) Risco de liquidez

A gestão de fluxo de caixa do Grupo está embasado em política interna e contempla:

- Elaboração de fluxo de caixa individual por empresa e consolidado em base mensal com horizonte de 24 meses, considerando os cenários pessimista, conservador e moderado, que serão derivados de diferentes previsões de geração de caixa operacional;
- Reportar mensalmente para o comitê financeiro atualizações do fluxo de caixa e seus respectivos cenários, observando eventuais riscos de quebra de *covenant*, refinanciamento e caixa mínimo;
- Caso sejam identificadas alterações estruturais nas premissas de caixa com impacto negativo nos níveis de liquidez a Diretoria Executiva irá apresentar ao Conselho de Administração:
 - Análise do impacto no fluxo de caixa de curto e médio prazos em diferentes cenários;
 - Recomendação de ações corretivas de impacto imediato que podem contemplar interrupção temporária de pagamentos, revisão do plano de investimento e captação de recursos para reforçar o caixa do Grupo.

O Grupo deverá manter um saldo mínimo consolidado de caixa com o objetivo de evitar que as ocorrências de flutuações em sua geração operacional afetem sua capacidade de cumprir com suas obrigações. O cálculo acompanha metodologia calculada anualmente durante o ciclo orçamentário e submetido para aprovação pelo Conselho de Administração, juntamente com a aprovação do orçamento, sendo composto por:

- Obrigações operacionais e financeiras de curto prazo;
- Composição de saldo reserva para aquisição de intangível;
- Investimentos correntes essenciais à manutenção das operações do Grupo;
- Investimentos de capital não financiados, equivalente a 30% do total de investimento de capital.

Por ser resultado de um processo dinâmico, os saldos de caixa mínimo definidos para cada exercício social poderão ser revistos nos seguintes casos:

- Alterações adversas no mercado doméstico e/ou internacional com potencial de impacto nas premissas de receita ou custo utilizadas no ciclo orçamentário;
- Alterações no plano de negócio do Grupo, incluindo aquelas relacionadas ao plano de investimentos, com impacto no caixa de curto prazo;
- Decisões jurídicas e/ou fiscais desfavoráveis com potencial de consumo substancial de caixa no curto ou médio prazo;
- Alterações adversas no mercado de crédito que impacte o plano de financiamento proposto para o exercício.

Caso se verifique a impossibilidade de cumprimento do caixa mínimo tal fato deve ser comunicado pelo Diretor Financeiro ao Conselho para alinhamento sobre a definição de um novo patamar de caixa mínimo para o respectivo exercício social em conjunto com as ações mitigadoras.

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros e obrigações de arrendamento contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros futuros incidentes nas operações e considerando os vencimentos contratuais, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2021:

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	De 5 a 6 anos	Acima de 6 anos	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.866.756	2.729.181	2.717.752	1.043.837	828.344	1.288.417	10.474.287
Arrendamentos	64.730	69.828	55.079	35.748	16.423	39.998	281.806
Fornecedores	374.813	-	-	-	-	-	374.813
Contas a pagar	1.957	-	-	-	-	-	1.957
Dividendos a pagar	-	100.267	-	-	-	-	100.267

Os passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando os prazos de vencimento.

A dívida líquida do Grupo é composta pelos empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa e dos instrumentos financeiros derivativos, líquidos.

	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.078.044	7.383.623
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.912.692)	(752.293)
(-) Instrumentos financeiros derivativos, líquidos (Nota 34.2)	(824.632)	(712.286)
Dívida líquida	5.340.720	5.919.044
	66,11%	80,16%

(d) Risco operacional

A VLI S.A. possui programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo *All Risks*.

Modalidade	Cobertura	Data de cobertura	Valores em milhares
Responsabilidade civil operador portuário	All risk	30/06/2023	R\$ 40.000
Riscos operacionais	All risk	30/06/2023	R\$ 300.000
Transporte internacional e importação	All risk	31/01/2022	USD 8.000
Vida em grupo	Empregados, cônjuges e filhos	30/06/2022	24 x Salário Base
Vida em grupo	Estagiários	30/06/2022	R\$ 13
Riscos ambientais	All risk	30/03/2023	R\$ 50.000
EPL – Práticas trabalhistas indevidas	All risk	15/07/2022	R\$ 10.000

(e) Gestão de capital

O Grupo gerencia seu capital com o intuito de garantir a continuidade normal dos negócios das entidades do Grupo de forma a proporcionar o máximo de retorno aos seus acionistas por meio da otimização da sua estrutura de dívida e capital. A estratégia geral do Grupo permanece inalterada desde 2019.

O Grupo não está sujeito a nenhuma exigência externa sobre o capital.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo. A origem de recursos se baseia em capital próprio, não havendo a captação de recursos de terceiros.

O passivo, líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do exercício é apresentado a seguir.

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado – Nota 5)	01/01/2020 (Reapresentado – Nota 5)
Total passivo	9.056.184	8.349.814	8.056.602
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.912.692)	(752.293)	(1.219.266)
	7.143.492	7.597.521	6.837.336
Patrimônio líquido	8.040.132	8.234.042	8.328.179
	88,85%	92,27%	82,10%

34.2 – Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos e financeiros de *hedge* e não como investimentos especulativos. Entretanto, os derivativos que não se enquadram nos critérios de contabilidade de *hedge* são classificados como "valor justo por meio do resultado" para fins contábeis e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A política financeira da Companhia veda a contratação de qualquer instrumento financeiro derivativo para fins de especulação.

O valor justo total de um instrumento financeiro derivativo classificado como instrumento de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses.

Swaps – *hedge* de valor justo

A Companhia possui empréstimos indexados ao dólar (Nota 20). Esses instrumentos foram protegidos da variação da taxa de câmbio e dos juros em LIBOR por meio de instrumentos financeiros derivativos (*swap*), trocando a variação da taxa de câmbio e sua remuneração contratual por juros indexados a percentuais do CDI. A contratação e o gerenciamento do instrumento de *swap* foram feitos através de análise para proteção do risco cambial.

Desta forma, as eventuais perdas por variações cambiais decorrentes deste empréstimo são mitigadas pelos efeitos do *hedge*.

A Companhia também possui debêntures indexadas ao IPCA (Nota 20). A captação de R\$ 120.000 realizada em setembro de 2019 teve seu indexador trocado para o CDI através da contratação de instrumento derivativo (*swap*) no momento de sua emissão.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Valor justo

	Indexadores	31/12/2021	31/12/2020
Swap – Câmbio			
	USD + 2,11%, USD + 3,94% e Libor + 1,7%	3.348.997	2.630.072
Ativo - ponta ativa		3.348.997	2.630.072
Passivo - ponta passiva	(110,30% CDI a 111,7% CDI - Swap)	(2.532.787)	(1.932.443)
		816.210	697.629
Swap – Juros			
	IPCA + 3,3121%	134.269	137.576
Ativo - ponta ativa		134.269	137.576
Passivo - ponta passiva	(107,1% CDI - Swap)	(125.847)	(122.919)
		8.422	14.657
Instrumentos financeiros derivativos		824.632	712.286
Saldo ativo, líquido		824.632	712.286

Abertura dos contratos

USD milhares	31/12/2021		Contratação	Vencimento
	Ponta ativa swap	Empréstimo no exterior		
Tranche 2	100.000	(100.000)	06/06/2018	06/06/2023
Tranche 3	50.000	(50.000)	27/06/2018	27/06/2023
Tranche 4	100.000	(100.000)	01/03/2019	01/03/2024
Tranches 1 e 5 (i)	96.675	(96.675)	20/09/2019	27/03/2023
Tranche 6	30.000	(30.000)	13/11/2019	15/07/2025
Tranche 7	58.000	(58.000)	19/11/2019	19/11/2024
Tranche 8	42.000	(42.000)	05/12/2019	05/12/2024
Saldo – Exposição cambial	476.675	(476.675)		

(i) Tranche 1 foi objeto de rolagem no 3º trimestre de 2019, tendo o vencimento original de 14 de dezembro de 2020 sido postergado para 27 de março de 2023.

	31/12/2021		Contratação	Vencimento
	Ponta ativa swap	Empréstimo no exterior		
Debêntures	120.000	(120.000)	16/08/2019	15/08/2025
Saldo – Exposição de juros	120.000	(120.000)		

34.3 - Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possuía instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo nível 1 e 3.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Informações (inputs) de Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações (inputs) de Nível 2

Informações (inputs) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

O valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros classificados como Nível 2 incluem:

- O valor justo dos empréstimos no exterior e respectivos *swaps* cambiais e de taxa de juros, que são objeto de *hedge accounting* de valor justo, são calculados com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, estimados com base em taxas referenciais de juros e cupom cambial observáveis na B3 (“Brasil Bolsa e Balcão”).
- O valor justo dos empréstimos, financiamentos e das debêntures é realizado considerando-se os níveis atualizados de custo de captação com montantes e contrapartes similares.

Informações (inputs) de Nível 3

Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Instrumentos financeiros por categoria e valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Ativo	Valor contábil		Valor justo		Hierarquia
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	1.912.692	752.293	1.912.692	752.293	-
Contas a receber de terceiros	302.556	219.123	302.556	219.123	-
Contas a receber de partes relacionadas	102.165	832.430	102.165	832.430	-
Mútuo	102.931	-	102.931	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	260.000	-	260.000	-
Dividendos a receber	311.627	419.597	311.627	419.597	-
	2.731.971	2.483.443	2.731.971	2.483.443	
Valor justo					
Instrumentos financeiros derivativos	824.632	712.286	824.632	712.286	Nível 2
	824.632	712.286	824.632	712.286	

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Valor contábil		Valor justo		Hierarquia
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Passivo					
Custo amortizado					
Fornecedores - terceiros	105.269	122.179	105.269	122.179	-
Contas a pagar	1.957	981	1.957	981	-
Fornecedores - partes relacionadas	269.544	205.910	269.544	205.910	-
Dividendos a pagar	100.267	101.184	100.267	101.184	-
Empréstimos e financiamentos	3.670.563	4.465.795	3.593.208	4.162.081	Nível 2
Debêntures	1.002.937	207.449	1.004.710	205.734	Nível 2
	5.150.537	5.103.498	5.074.955	4.798.069	
Valor justo					
Empréstimos no exterior	3.269.503	2.573.115	3.269.503	2.573.115	Nível 2
Debêntures	135.041	137.264	135.041	137.264	Nível 2
	3.404.544	2.710.379	3.404.544	2.710.379	

35 – Impactos COVID-19

Pandemia do coronavírus (Covid-19) e seus impactos

Inicialmente detectado no continente asiático em dezembro de 2019, o agente denominado coronavírus, causador da doença COVID-19, teve seu primeiro foco epidemiológico na China, espalhando-se rapidamente pela região e, posteriormente, por todo o globo, consistente em linhagem de vírus altamente contagioso, com transmissão pelo ar ou contato físico, causador de síndrome infecciosa respiratória. Os quadros clínicos conhecidos até o momento decorrentes da doença podem variar de pacientes assintomáticos até infecções graves que afetam diversos sistemas do corpo humano, especialmente o respiratório.

Considerando a disseminação global do vírus, em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a existência de pandemia em virtude da COVID-19.

No Brasil os primeiros casos foram oficialmente detectados em fevereiro de 2020, evoluindo vertiginosamente deste então, tendo o congresso nacional através do Decreto Legislativo nº 6 de 2020, reconhecido o estado de calamidade pública em todo território nacional.

Como medida de combate à expansão acelerada da doença e proteção aos sistemas de saúde públicos e privados, governos estaduais e municipais aplicaram medidas de promoção ao isolamento social e restrição à circulação de pessoas, voltadas principalmente à fechamento total ou parcial de diversos setores da economia.

Tal cenário provou reflexos socioeconômicos ainda não completamente delimitados, porém, já traduzidos na redução drástica da atividade econômica dos grandes centros urbanos e do consumo em geral vivenciados nos meses de março e abril de 2020, com consequente redução de postos de trabalho e queda na arrecadação de tributos aos diversos entes federativos.

O Governo Federal, através de Decreto Presidencial, determinou as atividades consideradas essenciais a serem executadas durante a pandemia pela COVID-19. Entre elas, estão o atendimento serviços de transporte, armazenamento, entrega e logística de cargas em geral. Desta forma, a Companhia permanece operando normalmente, exceto pela implementação de novos protocolos de segurança e trabalho. Entre as principais iniciativas implementadas pela Companhia, citam-se as ações para prevenir e mitigar os efeitos do contágio no local de trabalho, tais como: adoção do trabalho em home office nas áreas em que é possível adotar este formato, restrições de viagens, reuniões por vídeo conferência, acompanhamento diário do quadro de saúde e bem estar dos colaboradores e protocolos de contingência de forma a manter integralmente suas operações.

A Companhia informa que até a data de divulgação de suas Demonstrações financeiras, não foram identificados impactos ou efeitos relevantes às suas operações vinculados à pandemia causada pela COVID-19, sobretudo em virtude da continuidade das atividades do Grupo e dos seus clientes, principalmente no segmento agrícola, grãos, açúcar e celulose.

A despeito da expectativa de queda no crescimento e de recessão em alguns segmentos empresariais, resultante da suspensão de certos negócios e atividades, a Companhia, tendo como uma de suas principais atividades o transporte de alimentos, combustíveis e outros produtos essenciais para o Brasil e para outros países do mundo, tem tido sucesso em manter suas operações e fluxos financeiros estáveis ao longo da crise. A segmentação da Companhia e seu portfólio de produtos logísticos com grande exposição às exportações de grãos, aliado à recente valorização do dólar, também foram responsáveis por amenizar os efeitos da crise recente.

No contexto supracitado, a Companhia também avaliou suas estimativas de forma a identificar os possíveis impactos da COVID-19, conforme segue:

(i) Perdas de crédito esperadas

As safras de grãos recordes apuradas em 2021, bem como a estabilização da cotação do dólar frente ao real, são fatores que não indicam incremento relevante na avaliação de risco de crédito dos nossos principais clientes. Ademais, a retomada dos mercados asiático e europeu no cenário pós-COVID-19, grandes consumidores de *commodities* agrícolas, é um fator responsável por manter expectativas favoráveis pertinentes ao crescimento das operações de exportações.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – *impairment*

A Companhia está monitorando os eventos decorrentes do COVID 19, de forma a avaliar a necessidade de realizar novas análises de recuperabilidade de seus ativos imobilizados e intangíveis no próximo período de reporte. As análises realizadas até a data de aprovação desta demonstração não indicaram a necessidade de registro de provisão para *impairment* de ativos não financeiros (imobilizado e intangível).

(iii) Recuperação dos tributos diferidos ativos

As operações da Companhia permanecem estáveis, em função da sua segmentação de negócio, safra recorde de grãos e valorização do dólar frente ao real. Ademais, não se vislumbram impactos duradouros decorrentes da COVID-19 nos exercícios futuros capazes de impactar os negócios da Companhia. Neste sentido, mantidas as perspectivas de receita, não há impactos relevantes na capacidade de se realizar os tributos diferidos no curto e longo prazo.

(i) Liquidez

A Companhia opera no contexto do Grupo, que possui concessões de ferrovias e portos e neste sentido, as captações de recursos são feitas de forma centralizada. Sempre que necessário o Grupo realiza aportes de recursos nas suas empresas controladas.

O Grupo apresenta atualmente uma situação financeira sólida com bons índices de liquidez e acredita que o capital de giro é suficiente para sua operação. No entanto, uma expectativa de impactos econômicos causados pela redução das atividades empresariais decorrentes das restrições impostas durante a pandemia do COVID-19, podendo vir gerar efeitos subsequentes nas operações, o que não se confirma até a data desta publicação.

A Administração vem monitorando a liquidez financeira do Grupo e das situações específicas de cada uma das empresas do Grupo, com ações de antecipações de captação de recursos e a perspectiva de retenção de caixa usando o auxílio de medidas do governo federal e demais instituições setoriais. O Grupo aderiu ao programa de suspensão de pagamentos promovido pelo BNDES, tendo sido economizados no exercício de 2020 e em função desta medida, R\$ 216 milhões. Em 2021, o Grupo vem mantendo as ações necessárias em nossas operações como a redução de custos e postergação de investimentos com o objetivo de garantir o cumprimento das obrigações financeiras.

Consideração final

A Administração, ciente do seu papel social, está redobrando esforços e cuidados visando a manutenção das operações logísticas indispensáveis à nossa sociedade, sem prejuízo do cumprimento das instruções de segurança sanitárias divulgadas pelo Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde.

A Administração permanece também focada na proteção incondicional da saúde de seus colaboradores e prestadores de serviço, executando medidas para promoção do isolamento social, digitalização dos processos, redução máxima do contato físico e incremento dos procedimentos de higienização pessoal e dos locais de trabalho.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração segue atenta à evolução da pandemia nos cenários doméstico e internacional com intuito de avaliar potenciais impactos futuros.

36 – Eventos subsequentes

Em janeiro de 2022, a VLI Multimodal S.A. concedeu a sua Controlada Ferrovia Centro Atlântica S.A., a título de mútuo, o montante de R\$ 200.000, com vencimento em 17 de janeiro de 2024, com o recebimento de juros anuais e com taxa de CDI + 1,50% a.a., limitada a 12% a.a.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Administração e Diretores

Diretoria

Ernesto Peres Pousada Jr
Diretor Presidente

Gustavo Serrão Chaves
Diretor

Fábio Tadeu Marchiori Gama
Diretor

Fabício Rezende de Oliveira
Diretor

Sebastião Fernando da Costa Furquim
Diretor Comercial

Márcia Mara Chaves Resende
Gerente de Contabilidade - CRC-MG 078483/O-8 "S" MA